

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI

ENTRE IDAS E VINDAS: TRABALHO, ARRANJOS FAMILIARES E DOMÉSTICOS E
EXPECTATIVAS DE RETORNO ENTRE BRASILEIROS NO JAPÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Goiás.

Orientador: Jordão Horta Nunes

GOIÂNIA

2013

LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI

ENTRE IDAS E VINDAS: TRABALHO, ARRANJOS FAMILIARES E DOMÉSTICOS E
EXPECTATIVAS DE RETORNO ENTRE BRASILEIROS NO JAPÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Goiás.

Orientador: Jordão Horta Nunes

GOIÂNIA

2013

LILIAN SILVA DO AMARAL SUZUKI

ENTRE IDAS E VINDAS: TRABALHO, ARRANJOS FAMILIARES E DOMÉSTICOS E
EXPECTATIVAS DE RETORNO ENTRE BRASILEIROS NO JAPÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de Goiás.

Orientador: Jordão Horta Nunes

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Jordão Horta Nunes (Orientador) – Universidade Federal de Goiás

Revalino Antonio de Freitas – Universidade Federal de Goiás

Yumi Garcia dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus em quem confio e sei que me protege e me abençoa imensamente todos os dias.

À UFG pela bolsa de mestrado que viabilizou esta pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possibilitou a minha estadia na UNICAMP por intermédio do PROCAD.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Carlúcio pelo amor e apoio incondicional. Na verdade não encontro palavras para agradecer vocês, por isso simplesmente fico completamente envolvida por um enorme sentimento: gratidão. Muito obrigada. Ao meu irmão André pela presteza e companheirismo.

Ao professor Jordão Horta Nunes pela forma como me orientou, sempre me incentivando. Sua seriedade e dedicação foram fundamentais no meu aprendizado e no que há de positivo neste trabalho.

Aos professores Revalino Antonio de Freitas e Telma Ferreira do Nascimento pelas observações, comentários e sugestões fornecidas no exame de qualificação.

Ao meu marido, amigo e companheiro Diego pelo apoio, amor e compreensão, sei que em diversos momentos, fui ausente e, em outros, estive com “os nervos à flor da pele”, ainda assim, você esteve ao meu lado.

A todos os amigos e amigas que estiveram comigo durante essa jornada, especialmente ao Dione, Arthur, Nayara, Luciana, Heloiza e Gabriela, sou grata por vocês fazerem parte da minha vida e torná-la mais feliz.

À Daniele e Idinha colegas da Prodirh que sempre se mostraram prestativas e entusiastas as minhas conquistas.

Ao meu “padrinho” Domingos que desde o meu primeiro dia na Faculdade de Ciências Sociais – naquela época FCHF – sempre me ajudou e me apoiou.

As pessoas que conheci durante esse período e foram muito importantes. À Rosana Baeninger por ter me recebido tão bem na Unicamp e ter me proporcionado um imenso aprendizado. À Katiani Shishito, que se tornou uma grande parceira por também estudar este tema, nossas trocas de informações foram enriquecedoras. A Yumi Garcia dos Santos por me enviar referenciais teóricos muito úteis e se disponibilizar a participar da banca de defesa da dissertação.

A todos os informantes, brasileiro(a)s que no momento da pesquisa encontravam-se no Japão, e foram extremamente receptivo(a)s e contribuíram imensamente, sou extremamente grata, sem vocês este trabalho não seria possível.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar alguns aspectos relativos ao fluxo migratório de trabalhadores brasileiros para o Japão. Nesse contexto, a partir de entrevistas qualitativas realizadas com brasileiros que se encontravam na província de Aichi no Japão, pesquisa bibliográfica referente aos decasségus brasileiros, e referencial teórico sobre as migrações internacionais recentes relacionadas ao mundo do trabalho, arranjos familiares e migração de retorno, buscou-se analisar questões como: o trabalho em fábricas no Japão; o trabalho realizado no setor de serviços no Japão; os impactos da crise econômica de 2008 sobre esses trabalhadores; as diversas estratégias familiares criadas para lidar com as novas situações, oportunidades e constrangimentos no âmbito familiar, decorrentes da migração para o exterior; as expectativas e conflitos que envolvem a questão do retorno ao Brasil.

ABSTRACT

This study aimed to analyze some aspects of the migration of Brazilian workers to Japan. In this context, from qualitative interviews made with Brazilians who were in Aichi prefecture in Japan, literature referring to literature decasségus Brazilians, and theoretical about recent international migration related to the world of work, family arrangements and return migration, sought to examine issues such as: the work in factories in Japan; the work done in the service sector in Japan; the impacts of the crisis 2008 economic about these workers; various family strategies designed to cope with new situations, opportunities and family constraints, due to outward migration; and the expectations and conflicts involving the subject of returning to Brazil.

LISTA DE SIGLAS

OIM - Organização Internacional para as Migrações

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FMI – Fundo Monetário Internacional

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UFG – Universidade Federal de Goiás

PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

PRODIRH – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Regiões e Províncias Japonesas.....	34
-----------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1. Quantidade de brasileiros registrados no Japão, 1989 – 2011.....	31
-----------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. O perfil dos entrevistado(a)s	49
-----------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Estrangeiros registrados no Japão, por sexo, segundo nacionalidade de maior contingência, 2006 – 201030

TABELA 2. Número de brasileiros registrados no Japão por status de residência, 2006 – 201032

TABELA 3. Distribuição dos brasileiros no Japão, segundo província de residência, 2006 – 201035

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena...
(Fernando Pessoa)

SUMÁRIO

Introdução	16
CAPÍTULO I	
1. As migrações internacionais contemporâneas	21
1.1 O fluxo histórico de brasileiros para o Japão	26
1.2 A população de brasileiros no Japão	30
1.3 Mudanças no movimento decasségui atual	35
CAPÍTULO II	
2. Trabalhadores migrantes: os brasileiros no Japão	38
2.1 Perspectivas teóricas sobre a migração laboral internacional	38
2.2 Trabalhadores brasileiros no Japão	45
2.3 O perfil dos entrevistado(a)s	48
2.4 O trabalho em fábricas no Japão	53
2.5 O trabalho no setor de serviços	60
2.6 O impacto da crise econômica de 2008 sobre os brasileiros no Japão	66
CAPÍTULO III	
3. Arranjos familiares entre os trabalhadores brasileiros no Japão	73
3.1 Perspectivas teóricas sobre migração e família	73
3.2 Arranjos domésticos e a diminuição do tempo compartilhado pela família	76
3.3 Separações familiares	80
3.4 Famílias brasileiras e seus filhos no Japão: trajetórias e transições	83

CAPÍTULO IV

4. Retornar ao Brasil ou permanecer no Japão?	87
4.1 Perspectivas teóricas sobre a migração de retorno	87
4.2 O desejo e as indeterminações do retorno ao Brasil	91
4.3 A influência dos laços familiares na decisão do retorno e da permanência	95
4.4 O Brasil cada vez mais distante	97
Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas	105

Introdução

A migração de brasileiros para o Japão passou a ser significativa a partir dos anos 1980, quando um número significativo de brasileiros buscou na emigração uma saída para a longa crise que o Brasil estava passando. Os brasileiros têm o Japão como seu país de destino na trajetória migratória, onde quase sempre vão trabalhar em ocupações de baixa qualificação, principalmente no setor manufatureiro, sendo chamados de decasséguis.

Antes de 1990 o número de brasileiros no Japão era pequeno, porém, a partir desse período quando ocorre à reforma da Lei de Controle de Imigração Japonesa, observa-se um enorme crescimento desse fluxo e essa tendência de crescimento continua até 2008, ano em que ocorre uma crise econômica mundial. Ainda assim, essa migração é bastante significativa, como mostram dados do Ministério do Japão que declaram um total de 210.032 brasileiros registrados no Japão em 2011.

O trabalho é um aspecto fundamental dessa migração, pois a grande maioria de brasileiros que emigram para o Japão são nipodescendentes que, devido à sua consanguinidade, podem exercer atividades no Japão sem restrições. No início o fluxo migratório de brasileiros para o Japão era essencialmente individual, e composto principalmente por homens, casados que migravam sozinhos para trabalhar enquanto a família permanecia no Brasil, porém recentemente esse fluxo passou a ter um caráter familiar, e é crescente o número de famílias que vem se estabelecendo no Japão.

Porém, mesmo com esse aumento na duração da estadia diversos problemas ainda continuam a envolver a presença da população brasileira no Japão, como por exemplo, a instabilidade econômica e social vivida por eles, já que grande parte são trabalhadores temporários que possuem contratos de trabalho de curta duração, geralmente renovado a cada dois ou três meses. Como vivem geralmente em apartamentos fornecidos pelas empreiteiras, quando o contrato de trabalho não é renovado os decasséguis precisam desocupar o local onde moram e muitas vezes isso gera transtornos, pois há a dificuldade de encontrar outro lugar para se estabelecerem. Esta situação foi à realidade de muitos brasileiros durante a crise econômica de 2008, neste caso, o retorno ao Brasil antes do previsto foi à solução encontrada por uma grande quantidade de brasileiros.

Nesse sentido, considera-se que trabalho, migração e família encontram-se interligados neste fluxo migratório. Assim, a partir de entrevistas realizadas com

trabalhadores brasileiros que se encontravam na província de Aichi no Japão, buscou-se analisar algumas questões como: o trabalho realizado por brasileiros no Japão; as consequências da crise econômica de 2008 para estes trabalhadores; as diversas estratégias familiares criadas para lidar com as novas situações, oportunidades e constrangimentos no âmbito familiar e doméstico, decorrentes da migração e do trabalho no Japão; e de que maneira as expectativas do retorno ao Brasil e/ou da permanência no Japão são expressas pelos trabalhadores brasileiros.

Na construção do conhecimento científico, torna-se importante considerar diversas orientações teórico-metodológicas que nos forneçam elementos para discussão e análise empírica do objeto de pesquisa. No que se refere às técnicas aplicadas, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente aos trabalhadores brasileiros no Japão, assim como um levantamento das pesquisas sobre migrações internacionais recentes relacionadas ao mundo do trabalho, arranjos familiares e domésticos e, mais especificamente, a mudanças nos arranjos devido à migração para o exterior, e migração de retorno.

A pesquisa utilizou-se de dados quantitativos e qualitativos. Realizou-se um levantamento de dados sobre brasileiros no Japão disponibilizados pelo Ministério da Justiça do Japão, que permitiu uma melhor análise sobre a população de brasileiros no Japão.

Foram realizadas também 17 entrevistas semiestruturadas com brasileiros que se encontram no Japão. Segundo Flick (2004) existem diversas as formas de entrevistas semiestruturadas; nesse sentido, emprega-se um roteiro de entrevista com questões abertas e contrafactuais, muito próximo ao que é utilizado na entrevista semipadronizada, em que “o guia da entrevista menciona diversas áreas de tópicos, cada uma delas introduzida por uma questão aberta e concluída por uma questão confrontativa” (FLICK, 2004, p. 95).

Para a construção da rede social dos sujeitos da pesquisa, foi utilizada a técnica de *snowball* (BECKER, 1993). Essa estratégia para coleta de dados consistiu primeiramente na localização dos indivíduos-chave para o desenvolvimento da pesquisa e, posteriormente, no pedido para que os mesmos indicassem outras pessoas que eles consideravam importantes para a temática do estudo.

Neste caso, a técnica foi guiada intencionalmente por certos pressupostos. Segundo Flick (2004) neste tipo de amostra os informantes são escolhidos com a intenção de dar luz às questões em estudo e de aumentar a amplitude dos dados, ou seja, a amostra deve desvendar realidades múltiplas sobre o fenômeno em estudo. Sendo assim, buscou-se obter uma amostra

que representasse tanto casos mais típicos, quanto casos mais extremos, assim a amostra foi composta por pessoas de diferentes faixas etárias, procedências e estados civis.

Assim, a partir da entrevista com um brasileiro que se encontrava no Japão, foi possível estabelecer novos contatos com pessoas vinculadas à sua rede local de relações sociais e afetivas, e, conseqüentemente, identificar e analisar questões relacionadas a este fluxo migratório.

As entrevistas foram feitas por telefone pela Internet, empregando a tecnologia VoIP” (voz sobre IP), disponível em aplicativos populares como Skype, Google Voice e outros. O áudio das entrevistas foram gravados e os arquivos digitais transcritos.

A partir do século XX devido o surgimento e aprimoramento de novas tecnologias de comunicação e informação, emergem novas formas de se comunicar. Nesse sentido, a internet difunde-se cada vez mais como uma ferramenta que têm alterado a relação do mundo com os meios de comunicação e tem possibilitado a interação de pessoas distantes geograficamente, antes considerado um entrave.

De acordo com Flick (2009) a pesquisa qualitativa não permanece livre dos efeitos da revolução digital e tecnológica do início do século XXI. Como a internet tornou-se parte da vida cotidiana de muitas pessoas esta também passou a ser uma importante ferramenta utilizada na realização de pesquisas.

A utilização da entrevista *online* é uma forma de realizar a pesquisa qualitativa a partir da internet e ela pode ser muito vantajosa na medida em que ela pode “integrar ao estudo participantes que não sejam facilmente acessíveis, por viverem longe ou por não desejarem falar com um estranho.” (FLICK, 2009, p.243).

A possibilidade de participação de pessoas de áreas geográficas distintas como informantes na pesquisa, exigindo apenas que estas tenham um computador com acesso à internet foi a principal justificativa para privilegiar a técnica de entrevistas *online* para a realização desta pesquisa com brasileiros no Japão.

Passada a fase da construção da rede social de sujeitos e da realização das entrevistas, os dados coletados foram codificados e analisados sistematicamente e simultaneamente até se chegar a uma saturação teórica, ou seja, quando dados novos ou relevantes não foram mais encontrados ou quando estes dados começaram a se repetir. A utilização desta técnica necessita da utilização de uma “sensibilidade teórica” buscando verificar aquilo que é relevante e o que não é importante para a pesquisa. (STRAUSS & CORBIN, 1990).

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar sociologicamente a migração de brasileiros para o Japão, enfocando o trabalho realizado por esses migrantes, pois considera-se o trabalho um aspecto fundamental nesta migração, pois a grande maioria de brasileiros que emigram para o Japão são nipodescendentes que buscam uma inserção no mercado de trabalho japonês. Assim, pretende-se analisar o trabalho realizado por eles, mas também consequências nos arranjos familiares e domésticos que surgem durante esse processo migratório e a questão do retorno ao Brasil.

O primeiro capítulo apresenta as migrações internacionais contemporâneas relacionadas ao processo de reestruturação produtiva e da globalização. A seguir a partir de dados sobre a migração de brasileiros para o Japão e a população brasileira no Japão, busca-se analisar a instabilidade econômica e social lá experimentada pelos brasileiros, e as principais mudanças que ocorreram no movimento decasségui desde o início até o presente momento.

O segundo capítulo analisa o trabalho realizado pelos brasileiros no Japão e os diversos aspectos que fazem parte do mundo do trabalho desses migrantes. Primeiramente realiza-se uma exposição de algumas perspectivas teóricas que buscam explicar as migrações laborais, e após expõem-se questões relacionadas aos trabalhadores brasileiros no Japão como: o trabalho de brasileiros em fábricas no Japão; o trabalho realizado no setor de serviços no Japão; e a recente crise econômica de 2008 que afetou esses migrantes.

O terceiro capítulo aborda algumas teorias sobre migração e família e analisa consequências da migração e do trabalho no exterior para as relações familiares dos brasileiros no Japão. Nesse sentido, alguns aspectos se mostram intrínsecos a mudanças nos arranjos familiares e domésticos de brasileiros no Japão, como por exemplo, o novo ambiente, as longas jornadas de trabalho, a dificuldade de permanecer longe dos familiares que estão no Brasil, e principalmente a vida escolar dos filhos que migram acompanhando os pais ao Japão.

O último capítulo expõe questões relativas ao retorno ao Brasil. A partir de uma revisão literária sobre a migração de retorno percebe-se que o desejo de retorno ao lar está sempre latente entre os migrantes. A princípio o retorno faz parte dos planos de quase todos os trabalhadores brasileiros que migram para o Japão, porém, este desejo, muitas vezes, acaba conflitando com as indeterminações da vida no Brasil. Por isso para os brasileiros que se encontram no Japão há bastante tempo e principalmente para os que constituem família durante

este período, o retorno ao Brasil passa a ser menos atrativo e a permanência no Japão surge como uma forte possibilidade.

Por último, apresentam-se as considerações finais, em que são explorados resultados da pesquisa, discutindo aspectos sobre o trabalho, arranjos familiares e domésticos e a migração de retorno no fluxo migratório de brasileiros para o Japão.

1. As migrações internacionais contemporâneas

As migrações internacionais contemporâneas constituem uma importante questão social em virtude de seus diversos efeitos e implicações. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) o número total de migrantes internacionais passou de 150 milhões em 2002 para 214 milhões em 2010. A recente crise econômica mundial demonstrou a resistência das migrações e confirmou que mobilidade humana é parte integrante do mundo globalizado, pois apesar de seus efeitos contínuos não houve mudanças nos padrões de mobilidade humana, por isso a quantidade de migrantes que se acumulou ao longo de várias décadas foi pouco alterada.

Atualmente os principais fluxos migratórios internacionais são da periferia para os países centrais, ou de países com grau de desenvolvimento baixo para países onde a divisão social do trabalho é mais complexa e em geral são pessoas atraídas pela possibilidade de serem melhores remuneradas pelo trabalho.

Assim, uma característica desse fluxo migratório internacional contemporâneo é a inserção no mercado de trabalho, em quase todos os casos, em ocupações clandestinas ou precárias, onde os salários são bem inferiores se comparados com os salários recebidos pelos trabalhadores nacionais, e também é inexistente o aparato de proteção social.

Nesse sentido, podemos dizer que as migrações internacionais recentes se inserem num contexto de processos macroestruturais de reestruturação produtiva do trabalho e ao mesmo tempo no contexto internacional onde a atual etapa da globalização se apresenta junto a suas múltiplas dimensões e desdobramentos (cf. PATARRA e BAENINGER, 2006).

Para Harvey (2008), o processo de reestruturação produtiva, ou como denomina “produção flexível”, faz parte de um novo modelo de acumulação. Harvey diz que a acumulação flexível:

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões

geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2008, p.140).

A reestruturação dos processos de produção desencadeia uma crise no mundo do trabalho, pois é percebida uma redução do trabalho assalariado, um crescimento nas formas de trabalho não assalariado e também nas taxas de desemprego. Nesse sentido, diversos autores buscam compreender os efeitos e implicações da reestruturação produtiva e da globalização nos deslocamentos populacionais contemporâneos.

Simon (2002) diz que podemos identificar ao analisar os fluxos internacionais três tipos básicos de migrantes: a) aqueles que atendem as demandas de mão de obra em relação a trabalhos específicos existentes nos países receptores, sendo assim esses migrantes são os que se submetem a funções subalternas, e não há aqui o aproveitamento de atributos como a escolaridade e capacidades individuais; b) em seguida existem aqueles que fazem parte de uma elite profissional circulante e internacionalizada, que são conhecidos por exportar suas competências técnicas; c) e por fim os refugiados.

Segundo Cohen (2008), na era global as diásporas¹ estão cada vez mais fortes, sendo que existem alguns aspectos que possuem uma influência maior na mobilização das diásporas na contemporaneidade, como por exemplo, a economia globalizada que permite uma maior conectividade, a expansão de empresas e o crescimento de novos profissionais e quadros gerenciais. Tudo isso acaba por criar também novas possibilidades para as diásporas e as novas formas de migrações internacionais incentivam relações contratuais limitadas, visitas familiares, estadias temporárias no exterior e peregrinações, em oposição às estadias permanentes e a adoção de cidadania no país de destino.

Para Castells (2005) o que denominamos globalização é uma outra forma de nos referirmos ao que ele considera como sociedade em rede. A partir de um processo histórico

¹ Ao analisar as diásporas, Cohen (1999) lista algumas características que fazem parte desse fenômeno, sendo que dentre estas estão: a dispersão de uma terra natal, muitas vezes de forma traumática, para uma ou mais regiões estrangeiras; a expansão que ultrapassa uma terra natal devido à procura de trabalho, em busca de comércio ou de futuras ambições coloniais e um senso de empatia e de solidariedade em relação aos membros de mesma etnia em outros países.

que teve início nos anos 1960 e 1970 ocorre o surgimento de organizações que operam a partir de diversos processos como, por exemplo, a contratação e o descarte de trabalhadores numa escala global. Por isso, essas organizações têm uma necessidade de flexibilizar o emprego, assim como, manter a mobilidade do trabalho e a constante requalificação desta força.

Portanto, a existência de carreiras profissionais estáveis passa a ser algo raro, já que as relações entre capital e trabalho se individualizam, e as relações contratuais de trabalho deixam de fazer parte de uma negociação coletiva. Dentro dessa análise, Castells (2005) afirma que uma das principais transformações que ocorreram no trabalho e no emprego na atualidade é que grande parte dos trabalhadores não estão empregados em empresas que aproveitam o máximo de suas capacidades, ou seja, os ocupados são apenas simples executores ao longo de linhas de disciplina industrial tradicional.

Esses trabalhadores executam um trabalho genérico; por isso, as empresas podem substituí-los a qualquer instante por máquinas ou por aqueles que fazem parte do grupo de trabalhadores de baixo custo, no caso imigrantes, mulheres e minorias. Sendo assim, as empresas optam por executar seus compromissos a longo prazo através deste trabalho genérico e acaba por manter preferencialmente empregados temporários ou que trabalhem em tempo parcial. Portanto, estes trabalhadores “sendo à força de trabalho mais vulnerável, cada vez mais enfrentam a batalha da deslocalização da mão de obra industrial e do trabalho rotinizado.” (CASTELLS, 2005, pg. 22).

Munck (2011) afirma que na era da globalização as migrações podem ser vistas como parte integral da regulação do mercado de trabalho, uma vez que as economias ricas do Norte ainda dependem bastante da força de trabalho migrante. Entretanto, esses trabalhadores são, muitas das vezes, vulneráveis e por isso eles deixam de ter acesso a grande parte dos direitos trabalhistas. A migração internacional seria, portanto, uma ferramenta de regulação do mercado de trabalho, pois esta permite que os empregadores direcionem os salários e padrões de trabalho mais baixos a uma força de trabalho que é barata e flexível.

Sassen (1988) busca analisar as migrações internacionais através de uma perspectiva que ultrapasse as narrativas tradicionais que condicionam esses movimentos a situação socioeconômica dos países de origem (como pobreza, crises econômicas e superpopulação). Para ela ainda que esses fatores de expulsão possam intensificar a mobilidade, tais fatores não levariam a uma migração em massa necessariamente.

Portanto, é necessário considerar fatores internacionais e ao mesmo tempo, representações ideológicas e a subjetividade dos imigrantes dentro desse processo, sejam estas estabelecidas por conexões coloniais ou neocoloniais ou pela super exposição da cultura dominante através de propagandas que atravessam fronteiras e chegam as mais diversas populações ao longo do globo. Nesse sentido, não se pode atribuir aos países com maior pobreza mais quantidade de emigrantes, isso poderá ser observado nos países que tiverem mais investimentos estrangeiros e naqueles onde houver uma intensificação da cultura ocidental, portanto, deve-se considerar o modo “como a globalização encurta a distância material e subjetiva entre o país de origem e destino” (SASSEN, 1988, p.114).

Para Martine (2005) a principal característica da globalização atualmente é que os processos financeiros e econômicos em escala global estão predominando sobre os nacionais e locais. Porém, a globalização não deixa de atuar em outras esferas sejam estas políticas, culturais, sociais, ambientais ou demográficas, assim, “todas essas diferentes dimensões da atual fase da globalização passam por transformações aceleradas, devido à redução dos custos de transporte, informação e comunicação”. (MARTINE, 2005, pg. 5).

Essas transformações que operam rapidamente e profundamente através da globalização agem diretamente nos movimentos migratórios, mas de maneira muito segmentada e contraditória. A globalização produz um crescente fluxo de informações em relação aos padrões de vida - sejam estes existentes ou imaginados – dos países industrializados, isso acaba estimulando as pessoas a quererem abandonar trabalhos tradicionais e buscarem diferentes lugares, aproveitando ao mesmo tempo, as oportunidades e as comodidades que parecem estar sendo criadas e praticadas em outros países.

Os padrões de migração internacional evidenciam tanto as desigualdades existentes entre os diferentes países como as suas transformações econômicas e sociais, por isso, no “atual momento histórico, exceto no caso dos conflitos armados e dos desastres naturais, a globalização é o principal fator que ativa os movimentos migratórios entre países e determina seus contornos.” (MARTINE, 2005, p. 8).

Entretanto, atualmente o principal aspecto dessa relação entre globalização e migração seria a restrição e a limitação da migração, já que a quantidade de pessoas em trânsito na atualidade é muito menor do que o número observado em períodos anteriores, como na primeira fase da globalização – final do século XIX e início do século XX – quando os fluxos migratórios ocorreram numa proporção muito maior.

Assim, o estímulo massivo à migração internacional, provocado pela globalização, não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades porque os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente sua entrada. O "Mundo Sem Fronteiras" é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas. O capital humano é um fator de produção que, formalmente, não tem livre trânsito entre fronteiras nos dias de hoje; não existe um "mercado global de trabalho". As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes: essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais. (MARTINE, 2005, p. 8).

Marinucci (2008) considera que no mundo globalizado, mesmo com as diversas barreiras existentes frente a livre circulação de pessoas, a mobilidade humana é intensa. Para ele alguns fatores que podem explicar essa situação são: o aprimoramento e o barateamento dos meios de comunicação e transporte; as agências de tráfico de migrantes; as redes sociais de migrantes; a cultura de emigração; as disparidades econômicas entre norte e sul; o envelhecimento demográfico e a necessidade de trabalhadores; a reunião ou reagrupamento familiar; as estratégias dos governos dos países emissores e pessoas em busca de refúgio.

Essas diversas perspectivas analíticas por mais divergentes, demonstram um ponto de convergência ao observarem que as migrações internacionais contemporâneas em suas múltiplas modalidades e dimensões encontram-se intrinsecamente ligadas ao processo de globalização.

O Brasil se insere nesse novo contexto das migrações internacionais, mais especificamente, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, sendo que o principal fator que pode ser associado a isso foi à crise econômica pela qual o país adentrou na década de 1980 (cf. ALVES, 2000).

Relacionado aos processos de globalização, o histórico de imigrações no Brasil, acaba constituindo um importante aspecto na decisão de emigrar, pois alguns países que no passado “presenciaram a saída de nacionais, demonstram interesse na criação de vínculos, a partir do exterior, com os descendentes destes, facilitando a aquisição da cidadania, ou desenvolvendo políticas específicas para eles.” (USHIJIMA, 2012).

1.1 O fluxo histórico de brasileiros para o Japão

A imigração brasileira para o Japão passou a ser significativa a partir dos anos 1980 quando o Brasil passava por uma grave crise econômica ao contrário do Japão que prosperava. Tal década se inicia com uma das mais graves crises da história do Brasil sendo que, a recessão e o aumento do desemprego chegaram a índices até então desconhecidos.

Segundo Alves (2000) a partir de 1981, a crise da dívida externa fez com que o Brasil adotasse em virtude da pressão feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma política recessiva, com o objetivo de alcançar superávits comerciais e garantir o pagamento total dos encargos da dívida externa. A recessão entre 1981 e 1983 gerou uma grande retração do mercado interno e a queda da produção industrial do país, fazendo com que algumas empresas buscassem realizar suas vendas no mercado mundial.

Devido à retração do mercado interno e a política de incentivo às exportações, as indústrias de ponta (automobilística, autopeças, etc.) passaram a adotar um modo bastante restrito e seletivo passando a utilizar novos padrões organizacionais e tecnologias microeletrônicas na produção.

De acordo com Patarra e Pacheco (1998) o que se refletiu de modo imediato nos mercados de trabalho metropolitanos, foi uma intensa terceirização da estrutura ocupacional, que foi “acompanhada pela deterioração da maioria dos indicadores disponíveis: queda dos rendimentos reais, redução relativa do assalariamento e da cobertura dos vínculos jurídico-institucionais” (PATARRA E PACHECO, 1998, p. 15).

Segundo Sasaki (2006) por conta dessa crise que o Brasil atravessava um grande número de brasileiros de classe média deixou o país em busca de melhores oportunidades no exterior como trabalhadores migrantes de baixa qualificação, sendo que os principais destinos eram: Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa.

Kawamura (1999) afirma que comparando com o conjunto da população brasileira, de modo geral os japoneses e seus descendentes por um longo tempo ocuparam e mantiveram posições intermediárias na sociedade brasileira. Porém, nos anos 1980 e seguintes eles foram afetados pela mesma deterioração das condições de vida e de trabalho que os demais brasileiros de classe média, e sofreram uma significativa queda no padrão de vida e de nível social.

Costa (2007) afirma que o fluxo migratório de brasileiros para o Japão possui algumas especificidades em relação a outros fluxos migratórios de brasileiros para o exterior. A população de brasileiros no Japão é majoritariamente proveniente da região sudeste, de classe média e encontra-se predominantemente inserida em atividades industriais no Japão. Essas características não são encontradas no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, por exemplo, em que os migrantes são:

oriundos de praticamente todo o território nacional e dos mais distintos ramos de atividade econômica e classes sociais e lá empregados numa variedade muito maior de ocupações e, muitas vezes, na clandestinidade. Entre os brasileiros espalhados pelo Japão, não é incomum ouvir a referência àquelas drásticas medidas de congelamento da liquidez financeira da população como razão para a primeira leva em direção ao arquipélago. Pequenos e grandes negócios faliram por falta de capital de giro, poupanças reservadas para despesas correntes e futuras desapareceram, afetando sobremaneira a classe média, onde se concentrava grande parte da colônia nikkei no Brasil. (COSTA, 2007, p. 42).

No começo esse fluxo migratório foi relativamente pequeno e era composto basicamente de brasileiros nipodescendentes que emigraram para trabalhar temporariamente no Japão. Esses emigrantes não tiveram problemas burocráticos em adentrar o território japonês, pois, em geral tinham origem japonesa, eram das primeiras gerações: *issei* ou *nissei* - primeira geração e segunda geração respectivamente – assim, muitos possuíam nacionalidade japonesa ou dupla nacionalidade e por isso podiam ingressar no Japão com bastante facilidade. A maioria eram homens, casados, que tinham fluência na língua japonesa e que buscavam o Japão como algo temporário.

Se a década de 1980 no Brasil se caracterizou pela recessão econômica, inflação e desemprego, na mesma época o Japão vivenciava um grande crescimento econômico, onde as pequenas e médias empresas buscavam trabalhadores estrangeiros e isso influenciava em toda “a economia japonesa, porque no final da cadeia produtiva encontravam-se as pequenas firmas, que recebiam encomendas das grandes empresas montadoras por meio do sistema de subcontratação” (SASAKI, 2006, p. 105).

Por essas pequenas empresas não oferecerem uma perspectiva de carreira ou ascensão profissional, os japoneses – principalmente os mais jovens e escolarizados, que adentravam o

mercado de trabalho – não aceitavam trabalhar nelas e, então buscavam empresas maiores, mais competitivas e principalmente com maior perspectiva de ascensão profissional. Além disso, o Japão apresentava uma grave questão demográfica, pois grande parte de sua população se apresentava cada vez mais idosa, enquanto que sua taxa de natalidade decrescia cada vez mais.

Tais fatores levaram essas pequenas empresas a começarem a buscar trabalhadores estrangeiros, porém, isso fez com que um grande número de imigrantes irregulares adentrasse o território japonês sendo que grande parte era proveniente de países asiáticos como a Coreia do Sul, China, Bangladesh, Filipinas, Paquistão e Tailândia.

Diante desses números de ilegais, houve a reforma da Lei de Controle da Imigração do Japão, promulgada em junho de 1990, implementando uma política imigratória mais restritiva, incluindo sanções aos empregadores de trabalhadores estrangeiros ilegais, assim como aos intermediários ou contratadores que sempre recrutaram trabalhadores para as firmas japonesas. Apesar de todo esse esforço, na prática, poucos empregadores foram penalizados por violação à nova Lei de Imigração (SASAKI, 2006, p.106).

A adoção dessa política imigratória mais restrita gerou mais uma vez graves problemas em relação à falta de trabalhadores disponíveis para atuar nos setores manufatureiros, por isso esses empregadores – não só de empresas pequenas, mas também de empresas grandes – começaram a substituir aos poucos os trabalhadores ilegais por trabalhadores descendentes de japoneses provenientes da América do Sul, sendo que os principais eram brasileiros e peruanos.

Segundo Costa (2007) a Lei de Imigração fez com que o número de brasileiros em 1990 aumentasse 288% em relação a 1980 e continuou a crescer nos anos seguintes. Se em 1990 o total da população brasileira no Japão era de 56.429 mil pessoas em 2011 esse número chegou a 210.032 brasileiros no Japão.

A busca de estrangeiros feita por empresários como solução imediata e temporária para a falta de mão de obra japonesa coincidiu com a existência de uma grande quantidade de brasileiros que possuíam os requisitos exigidos para ir trabalhar no Japão. Para os descendentes de japoneses, essa oportunidade estava ligada também à possibilidade de

“retorno” às suas raízes, o desenvolvimento do conhecimento da língua e aspectos da atual cultura japonesa.

Portanto, a existência de um dispositivo imigratório legal e da garantia de emprego está diretamente relacionada ao numeroso fluxo de brasileiros para o Japão, principalmente devido alguns aspectos como a distância geográfica, o alto custo de vida no Japão e das barreiras socioculturais.

Essa migração ficou conhecida inicialmente como ‘movimento *dekassegui*’. A palavra *dekassegui* é composta por dois verbos japoneses: *deru* que significa sair; e *kasegu* que significa trabalhar, ganhar dinheiro através do trabalho; sendo assim à palavra é utilizada para designar aqueles que saem de casa para trabalhar fora.

Segundo Carvalho (2003) o termo *dekassegui* foi utilizado no Japão, a princípio para se referir aos trabalhadores japoneses que deixavam suas áreas nativas temporariamente para trabalhar em outros locais e posteriormente retornar as suas áreas de origem.

No Brasil esse termo foi utilizado para se referir aos *isseis* (japonês de primeira geração) e nos anos 1980 começou a ser usado para denominar os *nikkeis* (descendentes de japoneses que foram radicados no exterior) que passaram a ir ao Japão para trabalhar fazendo o caminho inverso de seus pais e avós, mais tarde o termo passou a ser usado também para denominar os cônjuges dos descendentes que acompanhavam esses ao Japão.

Shishito (2011) afirma que a utilização do termo passou a caracterizar o fluxo migratório de brasileiros ao Japão, pois os brasileiros que emigravam a trabalho tinham como objetivo melhorar sua situação econômica e retornar ao Brasil dentro de um período de tempo pré-determinado.

Dessa maneira, o grande fluxo de brasileiros ao Japão ficou conhecido como ‘movimento *dekassegui*’ entre a mídia, por grande parte dos estudos acadêmicos, bem como pelas associações brasileiras e japonesas relacionadas à migração de brasileiros no Japão. Devido ao uso recorrente do termo entre os meios de comunicação brasileiros e em estudos sobre o tema, atualmente a palavra consta nos dicionários de língua portuguesa (Aurélio e Houaiss), em que apresenta uma grafia adaptada ao português, sendo escrita como “decasségui”. (SHISHITO, 2011, p. 08).

Neste trabalho pretende-se tratar dos brasileiros descendentes e não descendentes de japoneses que migraram com o objetivo de trabalhar no Japão. Portanto, ainda que no curto período de tempo da história da imigração de brasileiros para o Japão o termo *dekassegui* tenha passado por releituras, o mesmo não perdeu totalmente o sentido, por isso a utilização do termo parece ser adequada, sendo assim optamos pela utilização do termo “decasségui” que vem sendo utilizado em trabalhos acadêmicos e estudos (COSTA, 2007; FUZIOKA et al. 2007; KOJIMA, 2009) recentes sobre o tema.

1.2 A população de brasileiros no Japão

Os brasileiros constituem o terceiro maior contingente de estrangeiros que vivem no Japão. Diferentemente das principais populações asiáticas que também apresentam um significativo quantitativo de residentes no Japão – China, Coréia, Filipinas – entre os imigrantes brasileiros, o número de homens é maior que o número de mulheres (Tabela 1).

A grande diferença existente entre os decasséguis latino-americanos em relação aos outros estrangeiros no Japão é que brasileiros e peruanos residentes no Japão são, geralmente, descendentes de japoneses ou casados com descendentes, sendo esta uma exigência para a concessão do visto que permite que estes possam trabalhar no Japão.

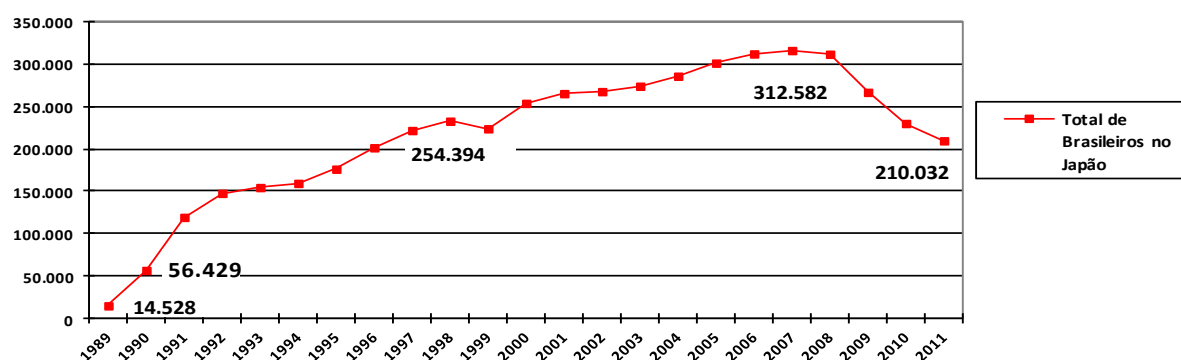
TABELA 1. ESTRANGEIROS NO JAPÃO, POR SEXO, SEGUNDO NACIONALIDADES DE MAIOR CONTINGÊNCIA, 2006 – 2010

País de Origem	2006			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
China	560.741	233.284	327.457	687.156	286.032	401.124
Coréia	598.219	276.195	322.024	565.989	257.761	308.228
Brasil	312.979	171.499	141.480	230.552	125.291	105.261
Filipinas	193.488	41.178	152.310	210.181	46.216	163.965
Peru	58.721	31.341	27.380	54.636	28.797	25.839

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2006 – 2010

Outro importante aspecto que podemos observar em relação à população brasileira no Japão é que após a promulgação da Lei de Controle de Imigração em 1990 ocorreu um significativo aumento no número de brasileiros como podemos analisar no gráfico abaixo que mostra a quantidade de brasileiros registrados no Japão entre 1989 e 2011:

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE BRASILEIROS REGISTRADOS NO JAPÃO, 1989 - 2011



Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 1989 – 2011

Podemos perceber que antes de 1990 o número de brasileiros no Japão era pequeno e que a partir desse período há um enorme crescimento desse fluxo e essa tendência de crescimento continua até 2008, ano em que ocorre a crise econômica mundial. Porém, mesmo com a queda no número de brasileiros no Japão nos últimos anos, tendo em vista que o retorno foi à saída encontrada por muitos para lidar com a crise que os afetou diretamente, essa migração ainda é significativa como mostram dados do Ministério do Japão que registraram em 2011, um total de 210.032 brasileiros no Japão.

A lista de status de residência no Japão (tabela 2) mostra a presença significativa de brasileiros em diversas categorias no período entre 2006 e 2010, com destaque para os “residentes permanentes²”, “cônjuges e filhos de japoneses³” e os “residentes por longo

² Não há prazo de permanência para pessoas com status de “residentes permanentes”.

³ O prazo de permanência para pessoas com status de “cônjuges e filhos de japoneses” é de 3 anos, 1 ano ou 6

período⁴”. Isso demonstra que os que se encontram sob esses status de residência podem exercer sem restrições atividades no Japão, o que não é permitido aos que possuem o status de “visitantes temporários⁵”.

Segundo Sasaki (2000) os decasséguis nipo-brasileiros possuem uma entrada facilitada no Japão, por “sua consanguinidade; a possibilidade de exercer atividades no Japão sem restrições; a possibilidade de renovar o visto quantas vezes quiser e de vir a ser um residente permanente.” (SASAKI, 2000, pg. 18). De acordo com Sasaki (2000) a política de imigração japonesa concede oportunidades bastante liberais aos *nikkeis* latino-americanos por ser essa uma solução barata para a falta de trabalhadores, e também pelo benefício de manutenção da homogeneidade étnica do Japão, já que estes imigrantes possuem ancestralidade japonesa.

TABELA 2. NÚMERO DE BRASILEIROS REGISTRADOS NO JAPÃO POR STATUS DE RESIDÊNCIA, 2006 - 2010

Status de Residência	2006	2007	2008	2009	2010
Total	312.979	316.967	312.582	267.456	230.552
Professores	30	36	38	37	35
Artistas	15	12	13	12	11
Atividades Religiosas	108	121	123	110	112
Jornalistas	3	4	3	4	4
Investidores e Gerentes de Negócios	29	27	29	28	28
Pesquisadores	10	11	11	13	14
Instrutores	10	14	17	9	8
Engenheiros	54	53	57	54	47
Especialistas em Conhecimentos Humanísticos e Prestação de Serviços Internacionais	105	108	112	103	82

meses.

⁴ O prazo de permanência para pessoas com status de “residentes por longo período” é de 3 anos, 1 ano ou 6 meses.

⁵ O prazo de permanência para pessoas com status de “visitantes temporários” é de 3 meses.

Transferências Internas de Empresas	80	93	108	94	73
Entretenimento	230	228	211	197	159
Trabalhadores Especializados	92	93	85	72	65
Atividades Culturais	12	9	7	9	9
Visitantes Temporários	836	809	681	588	510
Estudantes Universitários	361	357	355	365	377
Estudantes de Ensino Médio	61	53	53	51	-
Estagiários	99	94	82	70	68
Dependentes	492	497	480	451	368
Atividades Designadas	203	179	148	122	121
Residentes Permanentes	78.523	94.358	110.267	116.228	117.760
Cônjuges e Filhos de Japoneses	74.001	67.472	58.445	43.443	30.003
Cônjuges e Filhos de Residentes Permanentes	1.021	1.400	1.773	1.905	1.979
Residentes por Longo Período	153.141	148.528	137.005	101.250	77.359
Residentes Permanentes Especiais	23	24	26	22	20
Sem Aquisição de Status de Residência	3.264	2.254	2.327	2.129	1.309
Outros	176	133	126	90	31

Fonte: *Immigration Bureau*, Ministério da Justiça do Japão, 2011.

A população brasileira se concentra principalmente na região central do Japão que pode ser visualizada na Figura 1. Pode-se verificar na Tabela 3, que os brasileiros encontram-se especificamente nas províncias de Aichi e Shizuoka. Aichi é o mais importante polo industrial japonês por conta de sua localização central na ilha japonesa. Segundo a prefeitura de Aichi⁶ em 1977 a província assumiu a liderança na fabricação e exportação de produtos do Japão, sendo que dados de 2008⁷ mostram que o PIB de Aichi ultrapassava o de países como

⁶ <http://www.pref.aichi.jp>

⁷ Segundo a prefeitura de Aichi em 2008 o PIB de Aichi chegou a 338,1 bilhões de dólares o que representou

a Tailândia e Dinamarca. A região concentra principalmente indústrias especializadas na produção de aeronaves, equipamentos eletrônicos, peças automotivas, plástico, metal e aço, assim como indústrias têxteis e de cerâmica.

FIGURA 1. REGIÕES E PROVÍNCIAS JAPONESAS



Fonte: *Japan School Name List*

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DE BRASILEIROS NO JAPÃO, SEGUNDO PROVÍNCIA DE RESIDÊNCIA, 2006 - 2010

Província	2006	2007	2008	2009	2010
Aichi	76.267	80.401	79.156	67.162	58.606
Shizuoka	51.250	52.014	51.441	42.625	36.706
Mie	21.206	21.717	21.668	18.667	16.335
Gifu	20.466	20.912	20.481	17.078	14.515
Gunma	17.696	17.158	17.552	15.324	13.891

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2006 – 2010.

Sasaki (2008) afirma que essa concentração de brasileiros em Aichi se deve principalmente a forte indústria automobilística e as firmas subcontratadas que fornecem peças necessárias para a produção em cadeia deste setor localizadas na região central do Japão.

Os brasileiros encontram-se mais presentes nessas regiões centrais do Japão, entretanto, estes podem ser encontrados em diversas localidades, e isso se deve a oferta de empregos em outros setores “como o de serviços, alimentícios (frigoríficos, supermercados, panificação, bentô [marmitas] etc.)”. (SASAKI, 2008, p. 15). Ou seja, a maior parte dos trabalhadores brasileiros no Japão encontra-se presente no setor manufatureiro (automobilístico, eletrônicos e etc.), porém aos poucos eles passaram a ocupar empregos (ainda que em pequena proporção em relação ao setor manufatureiro) em outros setores.

1.3 Mudanças no movimento decasségui atual

O perfil da população decasségui que adentrou o Japão em mais de vinte anos de imigração mudou bastante; entre os anos de 1985 e 1988 essa população era composta principalmente por homens que possuíam nacionalidade japonesa, a partir dos anos 1990 a

população decasségui passou a incluir mais *nisseis*⁸, e mais recentemente o número de *sanseis*⁹ também cresceu bastante.

De acordo com Carvalho (2003) em 1986, uma companhia em São Paulo começou a recrutar trabalhadores especificamente para a indústria automobilística no Japão e esse foi o marco inicial da fase corrente da migração brasileira para o território japonês. Já em 1989 o presidente de uma companhia construção civil japonesa veio para o Brasil para recrutar trabalhadores e um ano após isso, outra companhia japonesa organizou uma conferência num hotel em São Paulo com o mesmo objetivo.

As condições de trabalho no Japão eram as seguintes: o salário para homens era de US\$1,900 por mês e mulheres recebiam uma quantia entre US\$1,200 e 1,300, porém se esperava também, que estes realizassem certa quantidade de horas-extras algo entre duas a quatro horas a mais de trabalho; acomodações com TV, geladeira, máquina de lavar também foram providenciadas e “no mesmo mês, a Isuzu Motors montou um escritório em São Paulo para recrutar trabalhadores temporários” (CARVALHO, 2003, p. 87).

Kawamura (1999) mostra que dentre os primeiros trabalhadores provenientes do Brasil, destacaram-se os imigrantes e descendentes de Okinawa e a partir dos anos 1990, muitos brasileiros descendentes de japoneses foram para a cidade de Toyota, onde está situada a mais importante indústria automobilística - *Toyota Corporation* - do Japão, essas pessoas iam para trabalhar em pequenas e médias empresas subcontratadas.

Nos anos 1990 a presença de brasileiros no Japão se consolidou principalmente, devido o surgimento das primeiras redes sociais entre brasileiros migrantes e à ação de um sistema de intermediação de mão de obra, que se expandiu cada vez mais e isso garantiu a intensificação do processo migratório também em outras regiões do Japão, graças à presença de pequenas e médias empresas subcontratadas por grandes empresas do ramo automobilístico e eletroeletrônico.

Segundo Sasaki (2011) no ano de 1998 a taxa de crescimento de brasileiros no Japão se mostrou negativa, com um decréscimo de onze mil brasileiros em relação ao ano anterior; isso ocorreu como decorrência da recessão que o Japão experimentou naquele período o que implicou numa crise econômica naquele país, e também uma reestruturação da indústria japonesa e isso “acabou levando a uma diminuição na demanda por trabalhadores migrantes

⁸ Descendentes de japoneses de segunda geração.

⁹ Descendentes de japoneses de terceira geração

estrangeiros, pela primeira vez na história deste Movimento *Dekassegui*.” (SASAKI, 2011, pg. 2).

Sasaki (2011) afirma que a partir de 2000 ocorre uma mudança significativa em relação aos brasileiros: o aumento na emissão de vistos permanentes, o que demonstra uma tendência de maior duração na estadia destes no Japão. Sendo assim, podemos observar que até o fim dos anos 1990, a grande maioria dos brasileiros pretendia permanecer no Japão temporariamente, ou seja, trabalhar por um determinado período, acumular alguma quantia de dinheiro e retornar ao Brasil.

Entretanto, nos últimos anos muitos brasileiros passaram a optar por viver permanentemente no Japão, segundo Sasaki (2011) os brasileiros residentes com status de permanente aumentou cerca de 10 mil a cada ano, sendo que no ano de 2010, havia 117.760 brasileiros residentes em caráter permanente no Japão.

Porém, mesmo com esse aumento na duração da estadia diversos problemas ainda continuam a envolver a presença da população brasileira no Japão, como por exemplo, a instabilidade econômica e social vivida por eles, já que grande parte são trabalhadores temporários com contrato de trabalho de curta duração, pois as empreiteiras fornecem mão de obra de acordo com a demanda, assim se a queda na produção, estas empreiteiras podem demitir os trabalhadores mais facilmente. Outra questão é que esses trabalhadores vivem geralmente em apartamentos das empreiteiras, e quando o contrato de trabalho não é renovado eles acabam tendo que desocupar o local onde moram e muitas vezes isso gera transtornos, pois há a dificuldade de encontrar outro lugar para se estabelecer.

Esse contexto que faz parte da vida da maioria dos decasséguis não proporciona segurança o suficiente para que a maior parte destes se envolvam com a comunidade local, por isso a comunidade brasileira no Japão não costuma se integrar às populações locais ou manter laços comunitários.

Esse cenário acabou por constituir um fenômeno que passou a ser designado pelos pesquisadores da imigração decasségui como *Invisible Residentes*, ”a fixação invisível de residência, com o significado da presença de trabalhadores estrangeiros, de forma que os moradores japoneses não possam ter o mínimo de contato com eles” (KOJIMA, 2009, p. 93). A jornada de trabalho também é muito longa, o que não incentiva a manutenção de contatos entre os decasséguis e a população local que, embora ciente da presença dos imigrantes, não os veem e não chegam a conhecê-los.

2. Trabalhadores migrantes: brasileiros no Japão

O objetivo aqui é analisar aspectos que envolvem o trabalho realizado pelos brasileiros no Japão. Nesse capítulo primeiramente serão expostas algumas perspectivas teóricas acerca das migrações laborais em âmbito internacional que permite uma melhor compreensão de tal fenômeno, e a seguir questões como o processo de trabalho dos brasileiros no Japão, a ação dos agentes intermediários e das empreiteiras, a rotina de trabalho nas fábricas, o trabalho no setor de serviços, assim como a crise econômica de 2008 que teve grande impacto sobre a população de brasileiros no Japão.

2.1 Perspectivas teóricas sobre as migrações laborais internacionais

A Organização Internacional para as Migrações diz que a migração laboral geralmente é definida como um movimento que ultrapassa as fronteiras e têm como finalidade o trabalho em um país estrangeiro, no entanto, não há uma definição para a migração laboral que seja universalmente aceita. Por isso, além dos termos, migrante laboral e trabalhador migrante, existe o termo “migrante econômico” que pode ser utilizado para se referir apenas ao movimento que tem como finalidade o emprego ou num sentido mais amplo, para se referir as pessoas que adentram um país estrangeiro para realizar outros tipos de atividades econômicas, tais como investidores (OIM, 2010).

Essa classificação normalmente é estabelecida com base na duração das atividades exercidas, e também nas distinções feitas pelos países receptores sobre as condições necessárias para a admissão e estadia de trabalhadores estrangeiros, portanto os procedimentos para admissão e estadia podem ser mais ou menos exigentes dependendo do país receptor.

Apesar do forte controle em relação à livre circulação de pessoas a OIM acredita que as migrações laborais irão continuar e aumentar por várias razões como: às diferenças de oportunidades de emprego e condições de vida entre os países; o maior acesso ao conhecimento e informação sobre as condições de vida e oportunidades de emprego no exterior e o estabelecimento de redes entre os países baseadas em relações familiares, culturais e históricas.

Nesse sentido, diversas causas e impactos envolvem as migrações laborais como: condições demográficas e do mercado de trabalho nos países emissores e receptores, o caráter legal ou irregular da migração, a estadia no país de destino, a natureza organizada ou espontânea dos movimentos migratórios, entre outros.

Castles (2000) diz que os migrantes laborais encontram-se presentes em três das oito¹⁰ categorias que dividem os migrantes internacionais. A primeira é a dos trabalhadores temporários – trabalhadores convidados ou trabalhadores contratados no exterior - que são homens e mulheres que migram por um período limitado, podendo ser alguns meses ou até vários anos, e almejam encontrar um trabalho e enviar dinheiro para casa (remessas).

O segundo grupo é o de profissionais altamente qualificados ou migrantes de negócios que são pessoas que possuem qualificações gerenciais, executivas, técnicas ou semelhantes, e migram para atuar no mercado de trabalho de corporações transnacionais e organizações internacionais ou procuram emprego no mercado de trabalho internacional direcionado a esse tipo de mão de obra escassa.

O último grupo é o de migrantes irregulares ou ilegais que é composto por pessoas que entram num país, geralmente à procura de trabalho, sem permissão ou os documentos necessários. Mesmo assim, muitos fluxos de migrantes laborais consistem predominantemente de migrantes irregulares.

Sayad (2000) define a imigração de trabalho como uma imigração de adultos e de homens em sua maior parte. Esta imigração é pensada e definida essencialmente como provisória e é essencialmente instrumental, suportada como um mal menor, mas que nunca é desejada; pois é percebida como inassimilável.

A imigração dita de trabalho é percebida como uma imigração recalcitrante, desconfiada, em atitude de defesa, uma imigração que é também suspeita de ser, ela própria, suspeitosa. Dela também se diz que é parasitária, porque não manifesta um grande investimento, e sobretudo, investimento afetivo e simbólico, que dela se espera quanto à sociedade de imigração. (SAYAD, 2000, p. 24).

Segundo Castles (2000), geralmente tanto os países que recebem quanto os que enviam trabalhadores migrantes possuem objetivos em curto prazo em relação a essa força de

¹⁰ Os refugiados; os que migram à procura de asilo; os que migram forçadamente – seja por motivo de catástrofes ou projetos de desenvolvimento; os que migram devido à reunião ou reunificação familiar; e os migrantes de retorno são as outras categorias expostas pelo o autor.

trabalho. Nesse sentido, os países receptores buscam obter uma força de trabalho flexível e de baixo custo, enquanto que os países que enviam os trabalhadores se preocupam principalmente com a absorção desta mão de obra inutilizada e com a obtenção de uma grande quantidade de remessas que entra no país através deste fluxo migratório.

Portanto, tais remessas são fundamentais já que “elas trazem uma enorme contribuição para as contas nacionais de muitos países de emigração e ajudam a financiar investimentos de desenvolvimento.” (CASTLES, 2000, pg. 276). Dados de 2011 mostram que os fluxos de remessas oficialmente registrados chegaram à soma de 501 bilhões de dólares, sendo que dentre estes 372 bilhões foram remessas para países em desenvolvimento (WORLD BANK, 2012).

A maioria dos países de emigração possuem políticas assistenciais para a prevenção de abusos contra seus cidadãos durante o período em que estes estão no exterior; porém muitas vezes essas medidas de proteção não são eficazes, pois elas não valem para os migrantes irregulares; o número de oficiais nos consulados muitas vezes é pequeno para lidar com todos os problemas que envolvem emigrantes; e até mesmo os migrantes legais são tão dependentes em arrumar e manter um emprego no exterior que muitas vezes eles não denunciam casos de abuso e exploração. “Além disso, as autoridades de países que enviam trabalhadores hesitam em confrontar as autoridades e empregadores dos países de imigração, por medo que estes passem a preferir trabalhadores de outros países.” (CASTLES, 2000, p. 276).

Sassen (1978) afirma que existem pelo menos três tipos de transferência de trabalho entre países: primeiramente existem os empregos em países desenvolvidos destinados a profissionais altamente qualificados de outros países geralmente menos desenvolvidos (fuga de cérebros); existem também os empregos realizados por trabalhadores nacionais para empresas estrangeiras que operam no país destes trabalhadores; e por fim existem os empregos para trabalhadores estrangeiros fora de seu país de origem (migrante laboral).

Essa circulação de trabalho de um país para outro não é percebida imediatamente como ocorre em relação ao capital e outros recursos. A exceção seria em relação à “fuga de cérebros”, pois esse tipo de transferência de trabalho envolve um alto investimento em capital humano, o que faz com que estes sejam economicamente visíveis. Porém, a “fuga de cérebros” constitui uma fração muito pequena do total de migração laboral internacional, assim em relação aos outros dois tipos de transferência de trabalho há uma dificuldade maior em se perceber essa transferência de recursos.

Segundo Sassen (1978) o aumento no nível dos lucros proporcionados pela importação de trabalho se deve ao fato de uma redução no custo de reprodução da força de trabalho. Os países que recebem mão de obra do exterior apropriam-se de trabalhadores que foram treinados através do capital dos países de onde estes emigraram; além do mais, esses países também acabam arcando com o crescimento dos dependentes dos migrantes que permanecem no país e também com a manutenção desses migrantes quando estes retornam muitas vezes doentes, e já prestes ou prontos para se aposentar.

A redução nos custos do trabalho dos países que recebem os migrantes é alcançada com os baixos salários que lhes são pagos, já que estes se encontram numa situação onde são estrangeiros, trabalhadores temporários, não possuem estadia própria, não possuem familiaridade com a política sindical ou com o modo de organização de uma economia industrial avançada. Todos estes fatores fazem dos migrantes dependentes de seus empregadores e improváveis a se tornarem sindicalizados. “Estes fatos também tendem a isentar os empregadores de suas obrigações em prover vários tipos de benefícios e permitirem o “repatriamento” de trabalhadores demitidos e inválidos” (SASSEN, 1978, p. 519).

Em relação à organização do trabalho, a disponibilidade dos migrantes torna possível a operação dos processos de produção em condições que não são permitidas pelos sindicatos e isso acaba aumentando a rentabilidade do trabalho, pois há a execução de atividades intensivas a um baixo custo, e os migrantes também se dispõem a fazer horas extras e a trabalhar em turnos noturnos.

Tudo isso permite que as empresas operem com uma capacidade maior, e esses aspectos acabam repercutindo na força de trabalho nativa já que isso tende a exercer uma pressão diminuindo os salários, e agindo de modo a enfraquecer o trabalho formal.

Diversos autores buscam compreender esses aspectos da mobilidade laboral e o fenômeno migratório como um todo. Massey et al. (1993) mostram que diversas teorias buscam analisar os fluxos populacionais laborais transnacionais. As macroteorias neoclássicas que analisa as migrações internacionais, por exemplo, foram desenvolvidas inicialmente com a finalidade de explicar as migrações laborais inseridas ao processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com essas teorias as migrações internacionais são causadas pelas diferenças geográficas em relação à oferta e demanda de trabalho, ou seja, os países com uma ampla força de trabalho disponível acabam remunerando seus trabalhadores com baixos salários,

enquanto que os países que possuem uma mão de obra limitada são caracterizados por remunerarem seus trabalhadores com altos salários.

A diferença entre esses salários é que impulsionaria esses trabalhadores de países pobres a partirem rumo a países que pagam altos salários, como resultado desse movimento a demanda por trabalho tenderia a diminuir e os salários a aumentar nos países pobres, enquanto nos países ricos a tendência seria que ocorresse o inverso, ou seja, um aumento na demanda por trabalho e a diminuição dos salários. Portanto essa perspectiva macroeconômica neoclássica pressupõe e supõe mesmo que implicitamente que:

1. A migração internacional de trabalhadores é causada por diferenças nos salários entre os países.
2. A eliminação do diferencial nos salários acabará com o movimento para trabalho e a migração não ocorrerá na ausência de tais diferenciais.
3. Os fluxos internacionais de capital humano – de trabalhadores altamente qualificados – geram diferenças nas taxas de retorno de capital humano, que podem ser diferentes das taxas de salários globais, produzindo um padrão distinto de migração que pode ser contrária a dos trabalhadores não qualificados.
4. Os mercados de trabalho são os principais mecanismos através dos quais os fluxos internacionais de trabalhos são aferidos; outros tipos de mercados não têm efeitos significativos sobre a migração internacional.
5. O caminho para os governos controlar os fluxos migratórios é regular ou influenciar o mercado de trabalho dos países que enviam e/ou recebem (*esses fluxos*). (MASSEY et al., 1993, pg. 434).

O modelo microeconômico de análise dos fluxos internacionais corresponde à escolha racional individual. Massey et al. (1993) dizem que nesse esquema os atores racionais decidem migrar, porque ao calcular o custo-benefício eles esperam um retorno positivo, geralmente monetário, desse movimento. A migração internacional é vista aqui como uma forma de investimento em capital humano.

As pessoas decidem se deslocar para onde acham que podem ser mais produtivas, dadas as suas habilidades. Porém, antes que elas possam chegar ao destino almejado e ganhar salários mais altos, esses indivíduos devem fazer alguns investimentos como, por exemplo, arcar com as despesas da viagem e com os custos enquanto se está à procura de trabalho, passar pelo desgaste de aprender uma nova língua e adentrar uma diferente cultura, passar pela dificuldade de se adaptar a um novo mercado de trabalho, além do custo psicológico por

haver o rompimento de laços antigos com aqueles que irão permanecer no país de origem, e pela necessidade de se forjar novos laços no lugar onde se está adentrando.

Uma alternativa em relação a essas abordagens foi oferecida pela “nova economia da migração laboral ou de trabalho” (STARK & BLOOM, 1985). De acordo com essa perspectiva as decisões de migrar não são feitas por atores individuais isolados, pois muitas vezes esta representa uma estratégia familiar, uma decisão coletiva que busca não apenas maximizar os rendimentos, mas também minimizar os riscos, já que a família – ao contrário do indivíduo que age sozinho – consegue controlar tais riscos objetivando o seu bem estar econômico, através da diversificação da alocação de recursos domésticos.

Nesse sentido, enquanto alguns membros da família podem exercer suas atividades laborais no próprio local de origem, outros podem ser enviados para trabalhar em mercados de trabalho estrangeiros onde os salários e condições de emprego são correlativamente negativos ou não tão altos em relação aos salários e condições no local de origem.

Porém, na medida em que as condições econômicas locais entram em crise e as atividades lá exercidas não podem gerar uma renda suficiente, a família pode contar com as remessas dos emigrantes. Ou seja, a migração é vista como uma decisão familiar que busca minimizar os riscos em relação à renda familiar ou buscando superar as restrições que o capital impõe às atividades produtivas familiares.

Esta abordagem muda o foco da teoria da migração de uma independência individual, para uma interdependência mútua que vê a migração como uma “estratégia calculada” e não como um ato de desespero ou de um otimismo sem limites. (STARK e BLOOM, p. 174, 1985).

Massey et al. (1993) expõem outras duas perspectivas teóricas: a teoria do mercado de trabalho dual e a teoria dos sistemas mundiais. A teoria do mercado de trabalho dual diferentemente das teorias anteriores argumenta que as migrações internacionais laborais não decorrem de decisões feitas por pessoas, quer seja individualmente ou em família, mas de demandas trabalhistas presentes nas sociedades industriais modernas.

Piore (1979) tem sido o mais forte e elegante defensor deste ponto de vista teórico, argumentando que a migração internacional é causada por uma demanda permanente de mão de obra imigrante que é inerente à estrutura econômica das nações

desenvolvidas. De acordo com Piore, a imigração não é causada por fatores de pressão nos países de origem (baixos salários ou alto desemprego), mas sim por fatores de atração nos países receptores (uma necessidade crônica e inevitável de trabalhadores estrangeiros). (MASSEY, et al. 1993, pg. 440).

Esta abordagem carrega consigo causas e efeitos bastante distintos dos modelos de decisão em nível micro, pois considera que a migração internacional laboral é em sua grande parte baseada e iniciada através do recrutamento feito por empregadores que se encontram em países desenvolvidos ou por governos que agem a seu favor, por isso a demanda por trabalhadores imigrantes surgiria a partir de necessidades estruturais da economia.

A teoria dos sistemas mundiais relaciona as migrações internacionais não a uma bifurcação do mercado de trabalho dentro de determinadas economias nacionais, mas à estrutura do mercado mundial que se desenvolveu e se expandiu desde o século XVI. “Neste esquema, a penetração de relações econômicas capitalistas em sociedades não capitalistas periféricas, cria uma população móvel que é propensa a migrar para o exterior.” (MASSEY et al. 1993, pg. 448).

Proprietários e gerentes de empresas capitalistas que buscavam aumentar os lucros começam a adentrar países pobres em busca de terras, matérias-primas, trabalho e novos mercados consumidores. Portanto, a migração é uma causa natural das rupturas e deslocamentos que decorrem do processo de desenvolvimento capitalista.

Os teóricos dessa última abordagem teórica analisam os movimentos populacionais recentes relacionados à difusão das redes de comércio e de informação pelo mundo, ou seja, as migrações se baseariam na influência cultural dos países de destino sobre os países de origem e na ampliação das expectativas de consumo em áreas geográficas consideradas periféricas.

O fluxo internacional de trabalho especificamente tende a seguir o fluxo internacional de bens e capital, mas em direção contrária. As mudanças geradas pelos investimentos capitalistas proporcionam a criação de uma população “sem raiz” e móvel nos países periféricos e ao mesmo tempo forja uma forte conexão material e cultural com os países centrais, o que acaba levando essa população aos movimentos transnacionais.

2.2 Trabalhadores brasileiros no Japão

Kawamura (1999) mostra que a recente migração para o Japão pode estar relacionada a uma série de fatores econômicos, tecnológicos, sociais, culturais e políticos existentes tanto no Brasil como no Japão, e também por redes de comunicação e de relações sociais e culturais que foram constituídas historicamente.

Segundo Higuchi (2006) a migração de trabalhadores brasileiros pode ser dividida em cinco fases: a primeira fase (1980-1984) trata-se da migração de retorno de um pequeno quantitativo de japoneses ou nikkeis que se encontravam no Brasil e que decidiram retornar ao Japão durante esse período, sendo assim estes não tiveram dificuldades com a língua ou com os costumes.

Higuchi (2006) afirma que a massificação de trabalhadores brasileiros no Japão ocorreu durante a segunda (1985-1989) e a terceira (1990-1992) fase dessa imigração. Na segunda fase as empresas japonesas passaram a visar a grande quantidade de mão de obra disponível no Brasil, com isso o número de imigrantes aumentou, porém especificamente, imigrantes jovens, descendentes e sem a família. De cada três brasileiros que ingressaram no Japão nessa época, dois tinham nível universitário; entretanto, eles enfrentaram diversos problemas em relação à língua, aos contratos de trabalho, as promessas não cumpridas, dentre outros.

As fases subsequentes – quarta fase (1993-1997) e quinta fase (1998 até o período atual) - dessa imigração trazem um contingente de trabalhadores que passam a atuar num contexto de flexibilização do trabalho cada vez maior. Segundo Higuchi (2006) no ano de 2000 foi feita uma pesquisa com 102 contratantes de trabalhadores estrangeiros no Japão e foi constatado que as razões principais da preferência por estrangeiros se deve: a flutuação da produção; a maior mobilidade desses trabalhadores; o baixo custo dessa mão de obra; e por último por ser bastante difícil contratar trabalhadores japoneses para exercer as atividades que tais empresas necessitam.

A grande maioria dos decasséguis brasileiros é recrutada, ainda no Brasil, geralmente para trabalhar em linhas de produção dentro de grandes fábricas japonesas. Segundo Kawamura (1999), o grande fluxo de brasileiros, fez surgir novas atividades no Japão a fim de atender os próprios brasileiros, assim multiplicaram-se instalações de pequenas e médias empresas em “alguns centros urbanos como Tóquio e adjacências, Nagoya,

Hamamatsu, Toyohashi e outros, com a função específica de recrutar, selecionar e treinar trabalhadores *nikkey*.” (KAWAMURA, 1999, p. 87).

Essas empresas são agências que fazem o recrutamento de trabalhadores japoneses; porém, como são poucos os japoneses que se dispõem a trabalhar em fábricas, tais agências direcionam suas atividades para a força de trabalho imigrante, especificamente descendentes de japoneses, por isso essas empresas geralmente agem em conjunto com agências de turismo ou agentes de recrutamento no Brasil assim como, no Peru e na Bolívia e por isso são consideradas verdadeiras pontes desse fluxo migratório entre Brasil e Japão.

Essas agências são conhecidas pelos brasileiros como empreiteiras e pelos japoneses como *buroka* (*broker*); são pequenas empresas que realizam a intermediação entre os trabalhadores e as empresas onde estes trabalham. Kawamura (1999) mostra que grande parte dessas empresas sediadas no Japão faz uma prática empresarial típica de empresas terceirizadas comuns, já outras são consideradas “verdadeiras *arapucas* para os trabalhadores estrangeiros” (KAWAMURA, 1999, p.88).

Segundo Carvalho (2003) os decasséguis dependem dessas agências, não apenas para conseguirem um trabalho, mas também para conseguirem a documentação que é exigida para trabalharem; muitas vezes estes se encarregam até mesmo das passagens aéreas para quem não tem dinheiro para viajar, nesse caso o valor é descontado posteriormente. Os valores cobrados variam, porém, sempre é relatado por parte dos trabalhadores que há uma grande exploração por parte de tais empreiteiras.

Algumas dessas empreiteiras são contratadas para fornecer mão de obra para determinada área ou setor da empresa, portanto os contratos são firmados entre a empresa contratante e a responsável pelos trabalhadores. Essas devem, portanto, recrutar, selecionar e treinar e se responsabilizar pela administração e pelo controle do desempenho dos trabalhadores.

Os brasileiros possuem um contrato de trabalho com a empreiteira que estipula o quanto os trabalhadores devem receber pelo serviço realizado nas fábricas, nesse sentido, a empresa contratante fica isenta dos custos em relação ao recrutamento, seleção e administração dos trabalhadores que emprega.

As indústrias optam por terceirizar justamente para se isentar da responsabilidade quanto ao pagamento de salários, atendimento a saúde, férias e etc., desses trabalhadores, e também por se tratar de pequenas e médias empresas que geralmente fornecem peças para

fábricas maiores, sendo assim elas produzem de acordo com as oscilações do mercado e por isso é mais seguro manter trabalhadores terceirizados que podem ser despedidos facilmente.

Costa (2007) mostra que até 1986, a contratação de trabalhadores terceirizados era proibida no Japão sendo aceita somente em situações especiais, como por exemplo, prestação de serviços para o governo. Porém, a partir daquele ano, foi promulgada a Lei de Alocação de Mão de obra (*Labor Dispatch Law*), que passou a permitir a terceirização em 15 categorias de emprego sendo que essas se limitavam somente a serviços administrativos e de comércio.

Essas restrições foram aos poucos sendo suavizadas, pois houve uma pressão do setor industrial, no sentido de se incluir outras categorias, principalmente para as linhas de produção das fábricas. A última revisão da Lei foi feita em 2004 e ainda assim, muitas irregularidades persistem, sendo que, na legislação atual, “há dois tipos básicos de contratação indireta: *ukeoi*, que significa “trabalho por empreitada” e *haken*, que consiste apenas na alocação de mão de obra por determinado período” (COSTA, 2007, p. 123).

Porém, nessa última forma de serviço, a empresa contratante teria que oferecer após um ano ao trabalhador a contratação direta e isso faz com que as empresas que são registradas formalmente como *haken* na verdade se apresentem no mercado como *ukeoi*, pois essa é uma maneira de realizar um determinado serviço e ao mesmo tempo, não ter a obrigação da contratação direta.

Dentre a população trabalhadora e migrante, existem também aqueles que trabalham como autônomos, comerciantes, empreendedores em diversas áreas como alimentação, serviços, educação todos voltados à prestação de serviços à comunidade brasileira no Japão.

Segundo Yamamoto (2006) estes podem ser considerados empreendimentos direcionados ao mercado de trabalho e ao consumo étnico. Fora deste mercado, existem o “trabalho de tradutoras/orientadoras de língua japonesa e portuguesa voltado a alunos estrangeiros e suas famílias que é respaldado pelas instituições governamentais japonesas.” (YAMAMOTO, 2006, p. 21).

Reis (2002) afirma que após anos desde o início da migração de trabalhadores brasileiros para o Japão, um pequeno grupo de empresários brasileiros emergiu no Japão, consolidando sua presença na comunidade brasileira no Japão. Estes empresários são proprietários de lojas que vendem produtos alimentares brasileiros, roupas e outros artigos, bem como restaurantes, bares.

2.3 O perfil dos entrevistado(a)s

O objetivo aqui é traçar um perfil das trabalhadoras e trabalhadores que foram pesquisados. Pretende-se observar semelhanças e diferenças nas trajetórias do(a)s entrevistado(a)s, pois isso pode trazer alguns importantes elementos para analisar diversos aspectos da migração de brasileiros para o Japão. No quadro abaixo é possível observar o perfil dos entrevistado(a)s:

QUADRO 1. O PERFIL DOS ENTREVISTADO(A)S:

Nome ¹¹	Idade	Estado Civil	Número de filho(a)s	Escolaridade	Ocupação	Tempo de estadia no Japão ¹²	Quantidade de entradas no Japão	Descendência japonesa (geração)	Naturalidade
Carlos	54	Casado	01	Ensino médio completo	Operário	20 anos	02	Não descendente	Caçara do Norte - RN
Harumi	21	Solteira	-	Ensino Fundamental incompleto	Gerente de bar	14 anos	01	Terceira	Londrina - PR
Masato	24	Solteiro	-	Ensino médio completo	Operário	05 anos	02	Terceira	Barueri - SP
Haruo	34	Divorciado	01	Ensino médio completo	Operário	15 anos	04	Terceira	São Paulo - SP
Satoru	35	Casado	01	Ensino médio completo	Atendente em restaurante	08 anos	02	Terceira	Americana - SP
Yukio	28	Solteiro	-	Ensino médio completo	Operário	04 anos	04	Terceira	São Paulo - SP
Shizuka	33	Casada	01	Superior completo. (Letras)	Tradutora em empreiteira	17 anos	15	Terceira	São Caetano do Sul - SP
Mayumi	28	Solteira	01	Superior completo (Web Designer e	Programadora de sites	15 anos	01	Segunda	Curitiba - PR

¹¹ Afim de preservar a identidade dos informantes todos os nomes utilizados são fictícios.

¹² Consideramos aqui o tempo de estadia desde a última entrada no Japão, pois a maioria dos entrevistados entraram diversas vezes no Japão.

				Programação)					
Mari	18	Solteira	-	Ensino médio completo	Operária	08 anos	02	Terceira	Piracicaba - SP
Naomi	24	Solteira	-	Ensino médio completo	Operária	05 anos	02	Segunda	Wenceslau Braz - PR
Takashi	31	Solteiro	-	Ensino médio incompleto	Operário	12 anos	03	Primeira	Marília - SP
Teruo	32	Solteiro	-	Superior completo (Publicidade e Propaganda)	Operário	06 anos	05	Terceira	Belo Horizonte - MG
Christina	34	Casada	-	Superior completo (Jornalismo)	Operária	07 anos	02	Não descendente	Piquete - SP
Yumiko	32	Solteira	01	Ensino médio completo	Operária	06 anos	02	Primeira	Curitibanos - SC
Alicia	56	Casada	03	Superior Completo (Pedagogia)	Diretora de Escola	10 anos	02	Não descendente	Barbacena - MG
Toshi	34	Casado	01	Ensino médio completo	Operário	05 anos	03	Terceira	Dracena - SP
Tomi	30	Solteiro	-	Ensino médio completo	Operário	08 anos	02	Segunda	Campinas - SP

Foram entrevistados dezessete brasileiros, nove homens e oito mulheres que se encontravam no Japão, dentre estes todos estavam trabalhando. A faixa etária dos entrevistados varia de 18 a 56 anos, porém, a média se mantém na faixa dos 32 anos de idade. A grande maioria trabalha como operário(a), essencialmente na indústria automobilística e eletroeletrônica ou no setor de serviços em diversas funções.

Entre os informantes apenas três não eram descendentes de japoneses. A maioria dos migrantes brasileiros residentes no Japão é descendente de japoneses, isso se deve ao fato da política migratória japonesa permitir aos que possuem ancestralidade japonesa até terceira geração a possibilidade de entrar no Japão e trabalhar sem nenhuma restrição.

O grau de escolaridade dos entrevistado(a)s é predominantemente o ensino médio completo. Dentre os entrevistados alguns passaram por escolas japonesas, pois chegaram ao Japão ainda em idade escolar. No caso de Harumi, 21 anos, ela não conseguiu concluir o ensino fundamental, pois chegou ao Japão com apenas sete anos e teve muitas dificuldades para continuar os estudos. Takashi, 31 anos, também não concluiu o ensino médio, pois interrompeu os estudos para ir trabalhar no Japão quando tinha dezesseis anos. Mari, 18 anos, migrou para o Japão quando tinha 11 anos de idade e terminou o ensino médio na escola japonesa. Já Mayumi, 28 anos, chegou ao Japão com doze anos, e terminou o ensino médio e superior no Japão.

A maioria dos entrevistado(a)s é proveniente dos Estados de São Paulo e Paraná. Praticamente todos relatam que a princípio a ideia era permanecer por pouco tempo no Japão, entre um ano e meio a três anos, porém, todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s encontravam-se no Japão a mais de três anos. Shishito (2012) ao analisar a expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão mostra que entre os principais motivos da não concretização da expectativa temporal dos brasileiros destacam-se: o fato de não alcançar objetivos financeiros que foram estipulados anteriormente à migração; e em seguida a adaptação à vida no Japão e a constituição de família no Japão.

Outro aspecto que chama atenção no perfil destes trabalhadores é a quantidade de entradas no Japão, podemos perceber que grande parte possui diversas entradas no Japão, o que os caracteriza como migrantes circulares.

McLoughlin (2011) observa que o conceito de migração circular em si é difícil de definir, pois pode ter mais de um significado, porém a migração circular pode ser analisada a partir do contínuo vai e vem dos migrantes, sendo que tais movimentos

migratórios cíclicos pode indicar que o retorno do migrante ao seu país significa apenas uma pausa antes dele renovar sua permissão e voltar ao país de acolhimento. A migração desses trabalhadores brasileiros para o Japão, e suas diversas entradas no país, parecem se encaixar nesta definição de migração circular.

A maior parte dos brasileiros que migram para trabalhar no Japão espera receber altos salários e conseguir manter ou melhorar suas condições de vida, e isso fica explícito nas respostas de alguns entrevistados quando questiono sobre o motivo da ida para o Japão:

Primeiro foi o meu pai, ele queria muito me trazer pra cá, aí eu não tinha muita curiosidade pra vim cá, mas acabei aceitando. Ele queria terminar a nossa casa aí no Brasil, juntar dinheiro para os nossos estudos, mas não foi bem assim que aconteceu. (Masato, 24 anos)

Foi aquela velha história “o sonho da casa própria” foi esse sonho que me trouxe pra cá, ajudar meus pais a não passar dificuldades. (Tomi, 30 anos)

Eu queria ir mesmo, aquela ilusão que aqui ia ganhar dinheiro, eu não vou estudar agora eu prefiro ir e ganhar dinheiro e depois eu vejo o que eu faço da vida, então a princípio o que me chamou atenção foi isso. (Satoru, 35 anos)

Foi à situação financeira, meu pai tinha uma empresa, uma sociedade, tinha um parceiro, ele tinha a empresa dele e estava indo tudo bem, só que teve uma época que começou a ir mal e nossa condição financeira não estava muito boa, por isso a gente resolveu vir para o Japão. (Yukio, 28 anos)

Vário(a)s do(a)s entrevistado(a)s já haviam passado pela experiência de ver o pai ou a mãe migrar para o Japão enquanto eles permaneceram no Brasil sob os cuidados de familiares. Alguns deles também estavam longe de seus filhos que permaneceram ou retornaram ao Brasil. Carlos, 54 anos, tem um filho de 25 anos de idade, apesar de seu filho o ter migrado para o Japão e permanecido com ele durante um período, há cinco anos ele retornou ao Brasil. Haruo, 34 anos, tem um filho de três anos de idade, e por estar divorciado, seu filho mora com a mãe no Brasil. Shizuka, 33 anos, tem dois filhos, e o mais velho de dezesseis anos de idade retornou ao Brasil e foi morar com o pai. Toshi, 34 anos, tem um filho de nove anos de idade que morava com ele no Japão, mas retornou ao Brasil acompanhando a mãe poucos meses antes da entrevista.

2.4 O trabalho em fábricas no Japão

A maior parte das fábricas que empregam trabalhadores estrangeiros é de pequeno e médio porte, e estão situadas nas formas de terceirização da indústria japonesa. Segundo Sasaki (1999) as atividades realizadas por brasileiros no Japão são caracterizadas pelos japoneses como “3K”: *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso) e *kitsui* (penoso) sendo que, essas atividades geralmente são rejeitadas pelos trabalhadores japoneses.

Kawamura (1999) diz que os brasileiros acrescentam outras duas características, aos trabalhos que são realizados por eles no Japão: *kibishii* (exigente) e *kirai* (detestável), qualificando as atividades com cinco ks. O trabalho geralmente também é bastante repetitivo e deve ser feito sem interrupções como podemos ver nas descrições feitas por brasileiros quando fazem uma narrativa de um dia de trabalho:

O trabalho é linha de produção, então tem a sequência, cada pessoa faz uma peça, por dia a gente faz 1.200 peças, 1.200 kits de fio, aí 10:00 seria o intervalo para ir ao banheiro, tomar café ou beber água, a gente tem que evitar ir no banheiro toda hora, beber água não pode mesmo, mas no banheiro se você tiver apertado é só apertar o botão, aí quando aperta esse botão vem uma pessoa que chama help, esse help é uma pessoa que sabe fazer todos os trabalhos para ficar no lugar da gente pra gente sair, ir no banheiro ou eventualmente pode passar mal ou ter que assinar algum documento no escritório, alguma coisa assim. (Christina, 34 anos).

Minha rotina mudou recentemente, vou para a minha máquina e tenho uma cota, tenho que fazer 25 caixas por dia, tenho que fazer essa cota no máximo até às 07:00 da noite, é chato, é um serviço bem repetitivo, muita fumaça, muito sujo, óleo pra caramba, fuligem, esses derivados da solda. (Haruo, 34 anos)

A maior parte dos brasileiros trabalha nas fábricas japonesas executando atividades referentes “à prensa, perfuração, solda, lixamento e reparo de peças de metais para veículos, de carburadores, assentos para carros, estofamentos etc., serviços de abastecimento, controle de mercadorias; serviços de encaixotamento e de entrega” (KAWAMURA, 1999, p. 100). Ou seja, esses trabalhadores se encontram em setores onde não há tecnologia sofisticada e, portanto, não exigem qualificação prévia.

Segundo Carvalho (2003) dados disponíveis mostram que não há diferença entre a renda e as condições de trabalho dos trabalhadores brasileiros e dos trabalhadores japoneses, realizando as mesmas funções; porém, no início dos anos 1990, era comum que os brasileiros recebessem salários maiores que os trabalhadores japoneses, devido à maior quantidade de horas trabalhadas e também porque o salário que eles recebiam não estava sujeito aos mesmos impostos que os trabalhadores japoneses, assim homens poderiam ganhar entre 1.100 a 1.400 yens a hora e mulheres entre 900 e 1.000¹³ yens.

Trabalhadoras do sexo feminino geralmente recebem salário inferior e isso muitas vezes torna-se motivo de queixas. Hirata (2002) mostra que dentro da cultura japonesa, desde o nascimento, as meninas aprendem a respeitar os homens, pois, estes:

serão os primeiros a ser servidos à mesa e a ter os melhores pedaços, os primeiros (ao contrário do *ladies first* da ética ocidental) a entrar no banho, o que consagra e reproduz o preceito feudal das mulheres *dentro* e dos homens *fora* (*oto wa sotomawari, tsuma wa utimawari*) e a regra de obediência da jovem ao pai, da casada ao marido e da idosa ao filho mais velho (HIRATA, 2002, p. 136).

A existência de vários ritos de passagem existentes no Japão, onde se privilegia o aprendizado da divisão sexual tem como objetivo para Hirata (2002) a preparação das mulheres para o trabalho produtivo, pois estas são recrutadas principalmente para profissões denominadas femininas, ou seja, que não são qualificadas e com baixos salários, situadas no setor secundário e de serviços.

Segundo Wakisaka (2007) existe uma profunda diferença salarial entre homens e mulheres no Japão e embora os salários das mulheres sejam equivalentes aos dos homens no início da carreira, esta diferença cresce à medida que a carreira progride. A diferença salarial entre homens e mulheres no trabalho em fábricas no Japão é relatada por algumas trabalhadoras:

Tem diferença, homem é a partir de 1000 ienes a hora, ai dependendo da colocação é 1200 ienes. Antes da crise tinha muito salário bom 1.300 e às vezes 1.500 para homem. Antes da crise nessa outra fábrica que eu trabalhei eu ganhava 1.275 ienes à hora, na crise eu comecei a receber 900, mudei de empresa porque eu fui mandada embora, daí nessa outra empresa paga 900 ienes a hora, mas é o normal. (Yumiko, 32 anos)

¹³ 1000 ienes equivalem a mais ou menos 25 reais.

Mulher ganha sempre menos, mesmo fazendo o mesmo trabalho, mulher e homem trabalhando na mesma linha, homem ganha 1.250, e mulher 950 ienes. (Mari, 18 anos).

Shizuka que trabalha no escritório de uma empreiteira que fornece trabalhadores para a Sony afirma que existe diferença entre salários de homens e mulheres, mas a entrevistada afirma não saber o motivo, porém acredita que essa diferença esteja ligada ao tipo de trabalho realizado por homens e mulheres nas fábricas:

Homens recebem 1.400 ienes por hora para trabalhar no turno do dia, e à noite eles recebem um acréscimo. Infelizmente a mulher recebe menos, elas recebem 1.000 ienes por hora. Eu não sei exatamente te dizer o porquê dessa diferença, mas desde que eu cheguei ao Japão é assim. Eu nunca pesquisei para saber, mas essa diferença é no Japão inteiro, acho que antigamente era diferente o serviço de homem e mulher, o homem fazia serviço pesado, mas hoje não tem muita diferença, se bem que na fábrica que a gente está os homens carregam peso, serviço que a mulher não daria conta, eu pelo menos não tenho capacidade de carregar o que eles carregam, talvez seja por isso. (Shizuka, 33 anos).

De acordo com Carvalho (2003) os trabalhadores que possuem um bom nível de *nihongo*¹⁴, muitas vezes recebem a mais para fazer traduções das instruções do empregador para os colegas; esses trabalhadores geralmente recebem 25% a mais por hora de trabalho.

Em relação às horas extras muitas vezes se têm a ideia de que os trabalhadores brasileiros são obrigados a trabalhar essas horas a mais; porém, o que ocorre normalmente é uma competição entre esses trabalhadores por essas horas a mais de trabalho. É claro, existem aqueles que preferem trabalhar somente a jornada de trabalho normal sem fazer horas extras, porém, em média, os brasileiros trabalham entre 10 e 11 horas por dia, incluindo horas extras.

Um dia de trabalho normal geralmente começa às 08:10 e termina às 18:30, geralmente, esses trabalhadores fazem uma média de 145 horas extras por mês. Quando pergunto aos trabalhadores o máximo de tempo que eles já passaram trabalhando num mesmo dia, percebe-se o quanto é excessiva a jornada de trabalho destes trabalhadores:

14 Língua Japonesa.

24 horas. Foi na primeira fábrica que eu trabalhei quando eu cheguei da primeira vez. Era fim de ano, geralmente esse tipo de serviço aumenta muito a produção nessa época, a demanda é muito grande, a gente começou o dia e o chefe falou ‘hoje tem hora pra começar, mas não tem hora para acabar’ alguns dias ele falava isso e acabava às 21:00 ou 22:00 da noite, mas aí foi passando o dia e o pessoal estava desesperado porque não ia dá tempo de cumprir a meta, aí era umas 20:00 da noite chegaram pra gente e falaram ‘vocês aguentam até o dia amanhecer?’ eu falei ‘estou aqui para ganhar dinheiro, se eu aguentar o pique pra mim de boa’ e ficamos, nessa época eu entrava as 06:00 da manhã, eu fiquei até as 06:00 da manhã no outro dia direto. (Satoru, 35 anos).

Na outra fábrica eu trabalhava num sistema que eram três grupos de pessoas que revezavam quatro por dois, então a gente trabalhava quatro dias e folgava dois, então o nosso horário de trabalho normal já era 10 horas de trabalho, daí a gente fazia 10 horas de trabalho em seguida recebendo normalmente, mais duas horas extras de acréscimo na verdade eu ficava 12 horas na fábrica. (Carlos, 54 anos).

A maioria de brasileiros trabalha em fábricas através de contratos de trabalho com as empreiteiras, sendo que estes são renovados geralmente a cada dois ou três meses e isso acaba sendo motivo de grande preocupação por parte dos decasséguis brasileiros, como podemos ver na fala de Christina - que tem o seu contrato renovado mensalmente - quando questiono se há insegurança por conta do curto prazo de duração dos contratos:

Bate [insegurança]. Sempre rola entre os brasileiros fofocas, se alguém ouve no corredor uma conversa pela metade, por exemplo, ‘vai cair o serviço’ daí a conversa se espalha e todo mundo fica meio que em pânico ‘nossa eu vou perder o meu emprego’. Por exemplo, ontem teve novamente um terremoto na região que teve o terremoto em 2011, de 6 pontos, aí quando acontece uma coisa dessa volta tudo, todas essas coisas, todo mundo com medo porque sabe que nós nunca seremos poupados numa crise, sempre o japonês terá privilegio e a preferência vai ser sempre deles e não importa se eu faço o meu serviço melhor que eles, a casa é deles, se acontece alguma coisa você é mandado embora primeiro, vou perder minha hora extra primeiro, por isso existe sempre essa preocupação. (Christina, 34 anos).

Ao mostrar as consequências paradoxais da globalização para o trabalho e o emprego, Hirata (2009) observa que o aumento dos empregos na atualidade carrega consigo a precarização e a vulnerabilidade dos mesmos, pois estes são frequentemente

instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente; as chances de promoção e de carreira são praticamente nulas para esses trabalhadores, e os direitos sociais são quase sempre limitados ou inexistentes.

Entre os trabalhadores brasileiros no Japão essa precarização ocorre na realização de um trabalho totalmente desgastante, que exige dos mesmos quase sempre um grande esforço físico, já que grande parte está inserida em atividades braçais onde a alta tecnologia não está presente e onde devem realizar uma longa jornada de trabalho diário.

A intensificação do trabalho é outra consequência que surge nesse processo de flexibilização e precarização do emprego. Hirata (2009) diz que tal intensificação encontra-se tanto no setor secundário quanto no terciário, entre os dirigentes e empregados no Brasil, Japão e França. Os decasséguis brasileiros trabalham sob uma enorme flexibilização devido a aplicação do Modelo de Produção Japonês ou Toyotismo nas fábricas onde estes se encontram.

Segundo Camboim (2000), o Japão conseguiu notoriedade ao fim da Segunda Guerra Mundial, a partir da implementação do Plano Marshall, um projeto de recuperação econômica dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall surge devido o temor dos Estados Unidos de que a miséria, o desemprego e a falta de perspectiva, causados pela Segunda Guerra Mundial fizessem com que os países derrotados se sentissem seduzidos pelo comunismo e se alinhassem ao outro bloco.

Portanto, o Plano Marshall tinha como objetivo recuperar econômica a Europa e o Japão. No caso do Japão a ajuda ocorreu através de um órgão chamado Seato ou Otase (Organização dos Tratados do Sudeste Asiático). Essa medida foi também uma maneira de vencer a Guerra Fria na Europa Ocidental e no Japão, sendo assim, o Plano Marshall foi de suma importância para a recuperação do Japão.

A partir desse período o Japão começa a recuperar rapidamente altos níveis de produtividade industrial, sendo que a empresa da Toyota foi a que melhor resumiu esse sucesso, criando as bases do que passou a ser conhecido por todos como Modelo de Produção Japonês.

Kamitani (2009) diz que a concorrência entre o Japão e Estados Unidos em relação à produção de automóveis nas décadas de 1950 e 1960 fez com que os dirigentes da Toyota adotassem o método fordista de organização da produção; porém, a

utilização do fordismo no Japão ocorreu de modo parcial, pois, os japoneses da Toyota modificaram esse sistema de acordo com as condições de produção do Japão.

O desejo de superar a produção norte-americana tanto em qualidade quanto em quantidade levou os japoneses a recriarem uma maneira de organizar o trabalho de acordo com as especificidades e necessidades de suas fábricas e foi essa adaptação do modelo fordista que marcou o início do Modelo de Produção Japonês ou Toyotismo.

De acordo com Antunes (2002), o toyotismo se diferencia do fordismo basicamente por possuir as seguintes características: a produção ocorre de acordo com a demanda, pois visa atender às exigências do mercado consumidor de maneira individualizada, ao contrário da produção em série e de massa do taylorismo e do fordismo; por isso sua produção é variada e muito heterogênea, diferente da homogeneidade fordista; fundamenta-se no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções, diferente do caráter parcelar característico do fordismo; a produção se efetiva num processo flexível, que permite ao operário trabalhar ao mesmo tempo em diversas máquinas e tem como princípio o *just in time*, que é aproveitar o tempo de produção da melhor maneira possível; incorpora também o sistema *kanban*, a partir de senhas ou placas de comando para repor as peças e o estoque; e há uma quantidade mínima de estoques se comparado ao fordismo.

Outras características presentes no toyotismo são em relação à estrutura horizontalizada, diferente da verticalidade do modelo fordista, pois no fordismo cerca de 75% da produção era feita na planta fabril, enquanto que, no toyotismo as fábricas se responsabilizam por apenas 25% da produção, já que aqui se prioriza aquilo que é central na especialidade do processo produtivo, assim, é possível repassar a “terceiros” a maior parte do que antes era realizado dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização que ocorre no toyotismo estende-se até às subcontratadas, ou seja, até as firmas que são terceirizadas, sendo assim,

a flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo” (ANTUNES, 2002, p. 55).

São organizados também os assim chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), formados por grupos de trabalhadores que, diante da possibilidade de aumentar seus ganhos, discutem seu trabalho e desempenho, com o objetivo de melhorar a produtividade das fábricas.

Nesse sentido, são diversas as experiências e relações sociais estabelecidas pelos brasileiros dentro desse modelo de organização do trabalho, assim como situações e dificuldades que surgem nesse processo de adaptação. Segundo Kawamura (1999) a formação polivalente, que busca favorecer a potencialização para que haja troca de lugares de trabalho com os demais trabalhador do grupo permite não apenas a substituição quando ocorre ausência de algum trabalhador, como também a sua utilização em diferentes setores, quando há uma diminuição de demanda na produção de determinado setor.

Outro importante item existente no cotidiano dos japoneses é a previsibilidade das ações, assim como o seu planejamento em longo prazo. Dessa forma, a improvisação é tida como inadequada para se alcançar a qualidade total e *kaizen*; por isso, as ações por menores que pareçam, são detalhadamente planejadas assim como possíveis mudanças dentro do que foi proposto passam por novos planejamentos.

Essa rotina que não proporciona certos improvisos ou mudanças na forma de trabalhar é algo que incomoda bastante os brasileiros, pois a maioria não está acostumada a tanta rigidez no trabalho. Isso é exposto por Christina ao explicar sobre os serviços feitos nas linhas de montagem:

O serviço não exige muito que você tenha algum conhecimento específico sobre alguma coisa, talvez para os meninos que fazem os consertos talvez precise de um pouco de eletrônica, essa coisa mais mecânica, mas para as meninas da linha de produção o serviço qualquer pessoa faz. Eu tenho um amigo que fala que até um chimpanzé, se você ensinar, ele consegue fazer, porque é mecânico, e você tem um sistema de fazer o serviço e não pode mudar, mesmo que pra você seja mais fácil mudar e fazer de um jeito diferente do que foi ensinado, você não pode, tem que respeitar aquele jeito que foi ensinado porque é regra. Vamos dizer que antes de montar a linha eles fazem um teste, eles testam várias maneiras o serviço, daí depois que eles encaixam, eles encontram uma maneira de fazer aquele trabalho no tempo que eles querem para alcançar a cota que eles. Então você tem que obedecer aquela regra, você não pode mudar o jeito de fazer, pegar a peça com a outra mão, se ele falar que é com a esquerda, você não pode pegar com a direita. (Christina, 34 anos).

Kawamura (1999) mostra que trabalhar de acordo com o modelo japonês de organização, mesmo em funções no chão de fábrica, para muitos representa uma diferente experiência seja quanto às relações de trabalho, como quanto a princípios e regras de conduta incomuns no que se refere ao mundo do trabalho antes vivenciado pelos trabalhadores no Brasil. Esse tipo de organização, que se encontra fortemente internalizado entre os trabalhadores do Japão, é estranho, em diversos aspectos, para grande parte dos imigrantes brasileiros.

O trabalho em fábricas dispensa também a conversação; na realidade, há necessidade de silêncio e atenção constante no processo de trabalho. Por isso, a capacidade de comunicação que se exige desses trabalhadores, resume-se apenas em entender as solicitações que são feitas através de símbolos como luzes, sons, imagens e etc., sendo que, as ordens e solicitações feitas em língua japonesa, são muitas vezes entendidas facilmente, pois, geralmente são acompanhadas de gestos e expressões faciais ou até mesmo através do auxílio de colegas intérpretes.

2.5 O trabalho no setor de serviços

O sistema de intermediação da mão de obra de trabalhadores brasileiros no Japão foi fundamental para a intensificação do movimento decasségui nos anos 1990. Por isso, os brasileiros que migravam para o Japão a princípio iam para trabalhar basicamente em empresas do automobilístico e eletroeletrônico.

Porém, de acordo com Kawamura (1999) posteriormente a esse período houve uma diminuição na demanda e o desemprego de estrangeiros o que provocou uma migração interna de trabalhadores brasileiros para diversas regiões do Japão e também para o setor de serviços, em funções não qualificadas. Os novos imigrantes que entravam no país “também se dirigiam a outras localidades e serviços não industriais, levando à disseminação de trabalhadores *nikkey* pelo Japão e à diferenciação setorial do mercado de trabalho.” (KAWAMURA, 1999, p. 87).

Como consequência deste afluxo de brasileiros, surgiram novas atividades, que visavam atender principalmente os próprios brasileiros, especialmente no setor de serviços. Com isso, começaram a surgir pequenas e médias empresas, em diversas regiões japonesas, que tinham a função de recrutar, selecionar e treinar trabalhadores nipodescendentes.

Na periferia da economia japonesa surgiram ainda novos estabelecimentos, como casas comerciais de produtos alimentícios, confecções, produtos de perfumaria, calçados fabricados no Brasil; além disso, expandiram-se restaurantes com comida típica, locadoras de filmes em língua portuguesa, casas noturnas com música brasileira, cabeleireiros, serviços de reparação e até venda de carros usados para brasileiros – tudo isso sob controle de brasileiros ou japoneses retornados do Brasil e protegido por avalistas japoneses que são, na realidade, os investidores efetivos. (KAWAMURA, 1999, p. 89).

Rossini (2003) mostra que, mais recentemente, os brasileiros têm sido contratados e/ou agenciados para as mais diversas atividades. Os brasileiros geralmente encontram-se inseridos em ocupações do setor manufatureiro, porém, outras áreas como construção civil, firmas de limpeza, hotelaria e serviços de escritório também costumam contratá-los.

Outras vezes são guardas de segurança ou acompanhantes de idosos. É atividade quase que exclusivamente feminina o trabalho de carregadoras em campo de golfe (Caddy). As mulheres brasileiras têm se adaptado bastante a esta atividade. O transporte de tacos e outros apetrechos são feitos em pequenos veículos motorizados. Trabalham em qualquer período do dia, mesmo com chuva e vento. As gorjetas são maiores se conhecerem o jogo e souberem sugerir boas tacadas. Há um grande contingente de pessoas sem ocupação (idade jovem ou avançada, companheiros/as dos trabalhadores/as, desempregados/desocupados, etc.). (ROSSINI, 2003, p. 05).

Yamamoto (2006) em seu estudo sobre nikkeis brasileiras que trabalham como tradutoras e/ou orientadoras de língua japonesa em escolas públicas japonesas, afirma que a maior parte da população feminina brasileira no Japão trabalha nas indústrias como operárias, porém, dados de 2000 apresentados pela autora evidenciam que uma pequena parcela de brasileiras atua também em escritórios (7,1%), principalmente realizando trabalhos de tradução e outra pequena parcela, no setor de serviços (4,7%). A

autora ainda assegura que, embora não seja muito visível, existe uma pequena parcela de brasileiras no Japão que possuem o visto de trabalho qualificado e atua nas áreas médica, jurídica, educacional, técnica, de comunicação, de informática, dentre outros.

Dentre os entrevistados da presente pesquisa cinco encontravam-se trabalhando no setor de serviços nas mais diversas áreas. Porém, algo que é comum a quase todos é alguma experiência de trabalho anteriormente no Japão no setor manufatureiro. É o caso de Harumi, que atualmente trabalha num bar e descreve seu trabalho no estabelecimento:

É um bar de *hostess*, só que assim, eu não trabalho com dança e nem nada, eu sou tipo gerente, então como é muito longe não é sempre que eu vou trabalhar, eu levo quase duas horas de metrô pra ir, então tipo assim, eu vou mesmo quando acontece alguma coisa, saiu alguma briga no bar eles me ligam pra saber o que pode fazer e tentar resolver, geralmente, quando tem contratação das meninas, dançarinas, geralmente eu tenho que sair e conversar com elas, assinar contrato essas coisas. (Harumi, 21 anos).

Harumi relata que anteriormente trabalhou na Sony fazendo consertos de aparelhos celulares, durante um ano e meio, mas que achava o trabalho muito desgastante, pois a jornada de trabalho era de segunda a sábado e havia muitas horas extras. Ela acabou abandonando esse emprego e a dona do bar onde trabalha atualmente a convidou para trabalhar lá:

Ela falou “vem trabalhar comigo, trabalha um dia e vê se você gosta, se você gostar você fica, se não gostar vai procurar outra coisa”. Aí eu fui e conheci todo mundo, o pessoal, ela eu já conhecia, achei todo mundo simpático, o ambiente muito legal, daí eu trabalhei durante a noite. É um lugar bom para trabalhar, porque eu não faço muita coisa, geralmente eu fico mais cuidando da segurança das meninas, tem homens que bebem demais, tem uns homens que ficam mais agressivos, então eu tento evitar que tenha confusão, mas assim, lá é bem tranquilo você pode beber, pode conversar com todo mundo, com os clientes, com as meninas também. Então é bem legal, bem divertido. Harumi, 21 anos).

Outra entrevistada que atualmente trabalha como tradutora numa empreiteira conta sua experiência de trabalho anterior ao trabalho na empresa. Shizuka relata que

teve outros empregos no Japão antes de conhecer seu marido que é o dono da empreiteira onde ela faz traduções:

O primeiro lugar que trabalhei aqui foi numa lavanderia, mas não é igual no Brasil. É fábrica mesmo e lava toneladas de roupas, roupas de hotel esse tipo de coisa. Eu fazia faculdade no Brasil quando eu vim para cá, faculdade de Processamento de dados, aí começou a onda de brasileiros comprar computadores, e eu por ter conhecimento nessa área logo comecei a trabalhar numa empresa que vendia computadores e que era provedora de internet, aí comecei a fazer atendimento para brasileiros. Em fábrica mesmo trabalhei pouco tempo. Foi nessa empresa de computador e internet que eu conheci o meu atual marido. (Shizuka, 33 anos).

A empreiteira onde Shizuka trabalha possui características bem típicas dos empreendimentos citados por Kawamura (1999) que surgiram no Japão a partir dos anos 1990 sob o controle de brasileiros com a função de recrutar, selecionar e treinar trabalhadores *nikkey*. Sobre o seu trabalho na empreiteira Shizuka discorre sobre as suas funções:

Eu trabalho hoje numa empreiteira que é do meu marido, nosso trabalho eu fico no escritório da fábrica praticamente o dia inteiro fazendo tradução que eles falam “Tsuyaku” que é traduzir o que as pessoas estão falando, explicar o serviço, traduzir documentos, manuais, no geral, é fazer tradução. (Shizuka, 33 anos).

Satoru, outro entrevistado, conta que apesar de já ter trabalhado em fábricas no Japão, atualmente estava num restaurante que era um empreendimento familiar de seu sogro, que é japonês. Ele descreve seu trabalho de atendente no restaurante:

Hoje eu trabalho em um restaurante japonês de comida típica, eu vou de manhã pra lá, eu faço a parte de atendimento de mesa, às vezes eu trabalho um pouco na cozinha, algumas coisas que eu aprendi a fazer, no final do dia a gente confere o estoque do restaurante o que precisa ser comprado, a gente faz o pedido e no dia seguinte eles trazem as compras que foram pedidas, é basicamente isso. Aos poucos eu estou aprendendo um pouco mais, a mexer com os peixes e tudo mais, porque não é tão fácil assim. (Satoru, 35 anos).

Nesses três casos pode-se perceber que todos tiveram experiências anteriores de trabalho no Japão, especificamente em fábricas, e que o trabalho atual no setor de serviços surge a partir de redes de contatos com amigos ou de familiares no Japão. No caso das funções exercidas por Harumi e Satoru, assim como as funções geralmente

exercidas por trabalhadores estrangeiros em fábricas não exigem nenhuma qualificação específica. Já a função exercida por Shizuka na empreiteira exige o conhecimento e fluência da língua japonesa para a tradução de documentos e auxílio aos trabalhadores brasileiros.

As outras duas entrevistadas que trabalham no setor de serviços no Japão ao contrário destas atrás comentadas, nunca trabalharam anteriormente em fábricas. Mayumi migrou para o Japão juntamente com seus pais e seus irmãos quando tinha 12 anos. Como chegou muito nova e na época de sua vinda ainda não havia muitas escolas brasileiras no Japão, ela acabou ingressando na escola japonesa o que lhe proporcionou o aprendizado mais rápido da língua. Quando indagada sobre os empregos que ela já teve no Japão, responde:

Desde a época em que eu era estudante, quando eu era bem novinha tinha uns 14 anos mais ou menos, eu fazia bico em loja de conveniência. Aí, a partir dos 16 anos eu comecei a ensinar japonês, dá aula de japonês e também fazia bico em empresas fazendo tradução, digamos entrevistas ou particularmente se caso alguém precisasse ir no médico ou prefeitura, tradução de documento então eu comecei como tradutora. Meu segundo emprego foi no escritório de uma empreiteira eu cuidava do escritório, digamos assim às pessoas que chegavam para fazer entrevistas, ai eu fazia toda a manutenção das fichas das pessoas. Só que nesse serviço eu não fiquei por muito tempo, porque não tinha nenhuma vocação pra isso lá no escritório, aí o meu terceiro emprego foi de professora de inglês e japonês da creche até o ensino colegial, eu dava aula de japonês e inglês, dava aula de dança também (Mayumi, 28 anos).

A trajetória profissional de Mayumi no Japão sempre esteve muito relacionada ao trabalho de tradução, devido ao fato do domínio das línguas portuguesa e japonesa, o que proporcionou um acesso facilitado a essas ocupações. Atualmente trabalha numa grande multinacional no ramo de telecomunicações:

Eu entrei na Vodafone como interprete e tradutora, dentro dessa empresa eu comecei a me interessar mais pelos sites, *web designer* e diagramação. Essa empresa tem várias centrais no Japão inteiro, a que eu estava fechou, então eu fui procurar serviço em outra central da Vodafone. Comecei a fazer o serviço de tradução simultânea, depois disso nessa empresa em que eu trabalhava eles estavam levantando o departamento de sistemas. Fui chamada, por isso continuo com eles até hoje, que é no total cinco anos. Só que hoje em dia eu trabalho mais com programações e *sites* também, é um trabalho bem especializado. (Mayumi, 28 anos).

A entrevistada faz questão de resaltar que seu trabalho atual exige certa especialização e que ela é a única brasileira trabalhando na empresa, ressaltando que o fato dela ter feito faculdade na área de programação foi essencial para conseguir o acesso neste emprego. Em relação ao seu contrato com a empresa, horário de trabalho e salário ela afirma que:

Eu tenho um contrato de trabalho, mas a empresa que eu trabalho jamais demite alguém, então o meu serviço é bem livre, se por acaso eu preciso fazer alguma coisa amanhã eu só ligo e falo que eu não vou. Eu fico nove horas lá dentro, mas como desconta uma hora de almoço, então trabalhados mesmo são oito horas. Nessa empresa não existe diferença de salário entre homens e mulheres, o salário é de acordo com cargo, existem os operadores, os líderes, os supervisores e os chefes então você recebe de acordo com o seu cargo mesmo, sem bônus, sem nenhum tipo de prêmio também, eu recebo por hora também, recebo 1.500 ienes por hora. (Mayumi, 28 anos).

Por fim, a última entrevistada relatou que sempre trabalhou na área de educação, tanto no Brasil quanto no Japão. Alicia foi para o Japão se juntar ao marido que já estava trabalhando no Japão há 10 anos. Ela conta que no começo foi difícil encontrar emprego em escolas brasileiras no Japão, mas que através de vários conhecidos ela foi sabendo de escolas até encontrar emprego:

Logo eu conversei com um senhor, ele falou que tinha escola brasileira aqui e que ele ia tentar pra mim, eu comecei a ir às escolas brasileiras para fazer entrevistas, mas consegui trabalho numa escola que só tinha vaga de faxineira. Trabalhei de faxineira por um mês lá, eu entreguei o meu currículo e para a dona da escola e ela falou ‘você tem curso superior e vai trabalhar’ e eu respondi que pra mim estava tudo bem, aí comecei a trabalhar nessa escola. Trabalhei dois meses, só que a escola não estava numa situação financeira boa e acabou fechando. De lá como eu fiz amizades com os pais, aí depois de dois meses depois que uma professora de outra escola saiu eu assumi a escola como professora e coordenadora. Essa escola também faliu, mas como eu já conhecia muitos pais aqui no Japão eles me deram o telefone de outra escola fui e fiz a entrevista, onde eu comecei a trabalhar. Hoje vai fazer 12 anos que eu estou aqui no Japão. Praticamente desde que eu cheguei, trabalho com a educação, trabalhei numa escola quase seis anos trabalhei como professora, coordenadora, depois eu vim pra uma escola perto da minha casa que é onde eu trabalho, entrei como professora, mas hoje eu sou diretora da escola. (Alicia, 56 anos).

Alguns aspectos são comuns a esses (as) trabalhadores(as) que estão inseridos no setor de serviços no Japão. O primeiro é que todos(as) que trabalharam anteriormente em fábricas dizem preferir o atual emprego, muito pela jornada de trabalho que é reduzida em relação ao trabalho no setor manufatureiro, pois não existe a necessidade de fazer horas extras. Ainda assim a jornada de trabalho é intensa, em média 8 horas por dia, em relação à remuneração todos(as) afirmam ser melhor que a anterior em média recebem entre 1400 e 1500 ienes por hora.

Outro aspecto que fica evidente aqui é a importância da rede de contatos para que estes pudessem encontrar um emprego no setor de serviços. Haug (2012) mostra que as redes sociais são essenciais para os imigrantes principalmente para divulgarem informações, assim como oferecer e obter alguma ajuda, sendo que essas redes são basicamente compostas por familiares e amigos.

Segundo Kawamura (1999) as redes de informações entre os trabalhadores brasileiros é bem forte e por isso os brasileiros que possuem algum empreendimento no Japão costumam empregar parentes e amigos, estabelecendo, portanto, laços informais duradouros durante o fluxo migratório.

As entrevistadas Shizuka, Alicia e Mayumi podem ser efetivamente caracterizadas como trabalhadoras inseridas num trabalho qualificado, que exige habilidades específicas destas, como a fluência na língua japonesa e portuguesa no caso de Shizuka e Alicia, e no caso de Mayumi que utiliza seu conhecimento de web designer e programadora em seu trabalho.

2.5 O impacto da crise econômica de 2008 sobre os trabalhadores brasileiros no Japão

A crise que eclodiu nos sistemas financeiros dos países desenvolvidos em 2008 atingiu rapidamente economias ao redor do mundo. O resultado foi à falência de empresas, cortes de milhares de empregos e conseqüentemente nos rendimentos de milhões de pessoas.

Buscaremos mostrar o impacto que essa crise teve sobre os brasileiros no Japão, pois estes se mostraram diretamente afetados por essa crise de escala global. Portanto, não é nossa intenção prolongar sobre questões inerentes às causas e origens da crise econômica, mas sim perceber de que maneira ela afetou esses trabalhadores.

A nota técnica de 2008 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostra que a crise do mercado imobiliário nos Estados Unidos foi o estopim dessa crise financeira de enormes proporções. Porém, o modelo de expansão que acaba levando a esse estopim começa a se delinear nos anos 1980 quando os mercados financeiros iniciam uma combinação entre baixas taxas de juros, inovações nos mercados econômicos e liberalizações de movimentações financeiras em escala global.

Diversos mecanismos passaram a incentivar a busca por novos espaços de valorização dos capitais; assim surge uma intensa promoção da financeirização das riquezas e das relações sociais. “Todos os espaços abertos, toda criação humana, todo o planeta, virava um imenso espaço de acumulação de riqueza financeira.” (DIEESE, 2008, pg. 06).

Entretanto, as sucessivas crises que ocorreram desde o início desse processo dos mercados financeiros indicavam os riscos inerentes a essa engrenagem, mas o surgimento de novas valorizações sempre acabava por substituir progressivamente uma crise por outra.

A criação de novos produtos financeiros, a expansão de fundos de investimentos dos mais variados e dos chamados “derivativos”, os processos de securitização, entre outros, permitiam “embalar” conjuntamente aplicações mais garantidas com as de maior risco. Dessa forma facilitavam o acesso à liquidez instantânea, fazendo com que a riqueza financeira diferida no tempo pudesse se tornar concreta de imediato. Essas “criativas inovações”, ao combinar diversas operações tendo por base e origem uma mesma transação comercial, permitiam multiplicar no mundo financeiro, por várias vezes, a riqueza virtual. Não é de assombrar que a essa riqueza virtual circulando nos mercados financeiros fosse estimada em mais de US\$ 600 trilhões pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais), valor equivalente a cerca de 10 vezes o valor do PIB efetivo de todos os países do mundo, nesse “mundo financeiro”, um título público de 30 anos ganhava liquidez imediata. (DIEESE, 2008, pg. 7).

Toda essa liberalização permanente e progressiva dos mercados culminou, em 2007, na falta de confiança geral no sistema financeiro, e conseqüentemente na falta de liquidez bancária. Porém, a crise econômica se instalou definitivamente em 2008

quando diversos bancos e financeiras declararam falência ou precisaram recorrer a intervenções, enquanto que as instituições que conseguiram se manter mostraram-se cada vez mais retraídas.

Awad (2009) afirma que a crise econômica de 2008 teve consequências devastadoras para as economias nacionais, empresas e trabalhadores em países desenvolvidos e industrializados, pois com a desaceleração da economia global o desemprego ascendeu rapidamente. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) relatou que o desemprego global em 2009 tenderia aumentar cerca de 30 milhões em relação a 2007, assim o número total de desempregados chegaria a mais de 50 milhões.

Os trabalhadores migrantes constituem um grupo especialmente vulnerável a essas turbulências econômicas e do mercado de trabalho, pois eles geralmente não possuem os mesmos direitos e proteções que os trabalhadores nacionais.

Castles (2009) ao analisar a crise indicava a ocorrência de alguns efeitos a curto prazo sobre a migração como: a) o retorno de alguns trabalhadores migrantes para os países de origem como reação ao desemprego e aos baixos salários; b) redução no nível de entrada de trabalhadores migrantes em países receptores; c) tentativas dos governos em providenciar incentivos para que os trabalhadores migrantes desempregados pudessem retornar aos seus países de origem; d) quedas significativas nas migrações irregulares; e) redução no envio de remessas dos migrantes; f) e o aumento na hostilidade das populações nativas para com os migrantes.

A população brasileira no Japão foi diretamente afetada pela crise econômica, já que o Japão desacelerou bruscamente sua produção. Algumas razões dessa queda na produção foram à redução na exportação de produtos, principalmente para os Estados Unidos que é o maior parceiro econômico do Japão, e a redução no próprio mercado interno que não conseguiu absorver a alta produção. Segundo dados do Ministério da Justiça do Japão entre 2008 e 2009 cerca de 50.000 brasileiros deixaram o país reduzindo significativamente o tamanho da população de brasileiros residentes no Japão.

Segundo Akashi e Kobayashi (2010) a saída dos brasileiros foi mais visível em áreas industriais como Aichi, Shizuoka e Gunma. Na província de Aichi onde encontra-se uma grande quantidade de trabalhadores subcontratados da Toyota, em 2009 o número de brasileiros caiu 14,7% em relação ao ano anterior. Em Shizuoka onde estão localizadas grandes fábricas exportadoras de automóveis como a Honda e a Yamaha,

em 2009 a população de brasileiros caiu 17,6% comparado ao ano de 2008. A crise também reduziu em 11,8% os brasileiros residentes em Gunma onde estão instaladas empresas como a Subaru e Sanyo.

Além disso, pesquisas recentes mostraram que mais de 40% dos trabalhadores brasileiros residentes nas regiões pesquisadas perderam seus empregos durante a recessão. Akashi e Kobayashi (2010) afirmam que existem diversas razões para a crise ter afetado especificamente esse grupo de trabalhadores no Japão. Isso ocorreu devido à retração econômica e também por esses trabalhadores fazerem parte do grupo de pessoas mais vulneráveis a deterioração das condições do mercado de trabalho.

A dificuldade em se encontrar outro emprego após os cortes feitos nas fábricas também fez com que muitos deixassem o Japão. As empreiteiras costumam enviar os trabalhadores estrangeiros para empregos que exigem menos qualificação, particularmente após 2004, com a alteração na Lei de Alocação de Mão de Obra, que passou a permitir trabalhadores terceirizados em empresas no setor industrial. Muitas fábricas substituíram empregados que trabalhavam em tempo integral por trabalhadores recrutados por empreiteiras para trabalharem em tempo parcial, num procedimento que proporciona a diminuição nos custos totais do trabalho e também constitui uma maneira eficaz de melhorar a flexibilização dos processos de produção.

Como a crise econômica levou à falência um grande número de empreiteiras, consequentemente muitos trabalhadores nipodescendentes ficaram desempregados. Porém, isso vai além do desemprego, já que grande parte das empreiteiras fornece aos trabalhadores moradia e auxilia também em serviços relacionados à educação dos filhos de trabalhadores nipodescendentes. “Uma vez que um grande número de recrutadores desapareceu do mercado, os nipodescendentes desempregados começaram a vagar pelas ruas ou então não tiveram outra escolha senão retornar para seus países de origem.” (AKASHI e KOBAYASHI, 2010, pg. 09).

Quando se pergunta aos entrevistados sobre a crise de 2008 praticamente todos dizem que perderam o emprego ou que conheciam alguém que ficou desempregado. Relatam também que passaram por muitas dificuldades, principalmente para encontrar emprego nessa época, como podemos ver nessas respostas:

Nossa! A pior época da minha vida aqui, você não sabia para onde ia, todo lugar que você ia procurar serviço falava que não tinha vaga ou falava que era só para japonês, quando não era isso eles falavam que tinha que ler *kanji* e lê aqueles negócio é impossível. (Masato, 24 anos).

Foi uma aventura terrível, porque na fábrica que eu estava aquele boato ‘semana que vem vão cortar 30, saiu a lista dos que vão ser cortados’ ficava aquela falação. Aí você ouvia falando ‘tal empresa mandou 300, tem um monte de gente indo embora’ então você acompanhava e via que a coisa estava desmoronando da noite para o dia, pela quantidade de gente que estava indo embora. Na época a gente conhecia um brasileiro que tinha uma agência de mudança, ele falava: ‘eu tenho que alugar um barracão’, porque as pessoas que estavam indo embora despachavam os pertences num contêiner, desde geladeira, televisão, elas encaixotavam tudo e despachavam por navio. E essa empresa desse brasileiro era encarregada de fazer isso, esse cara estava falando ‘a gente teve que alugar um barracão’, porque não tinha mais espaço para guardar tanta coisa, aí eles iam completando os contêineres e despachando para o Brasil e ficava aquela fila de espera. Você via um monte de pessoas indo embora, meus amigos, por exemplo, a maioria foi embora, só sobrou aqui uma meia dúzia, muito pouco mesmo. (Satoru, 35 anos).

Nessa época foram noticiados no Brasil vários casos de brasileiros que passaram a viver nas ruas do Japão após perder o emprego¹⁵, pois muitos dependiam da moradia fornecida pelas empreiteiras. A solução imediata para muitos foi procurar centros de ajuda comunitários que ofereciam comida e alojamento temporário para essas pessoas.

O governo japonês teve que tomar várias medidas em relação aos trabalhadores migrantes. Akashi e Kobayashi (2010) mostram que em 2009, o governo japonês concedeu apoio financeiro aos centros de acolhimento de trabalhadores, assim como aumentou o número de tradutores e de conselheiros para ajudar os trabalhadores estrangeiros a arrumar emprego. Entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 cerca de dez mil candidatos a emprego visitaram esses centros de acolhimento buscando auxílio.

Embora tenha oferecido alguma ajuda para que esses trabalhadores encontrassem novos empregos, o governo japonês também incentivou financeiramente aqueles que decidissem retornar aos seus países. Em abril de 2009 entrou em vigor um programa de regresso voluntário; esse “Auxílio retorno” concedia 300.000 ienes para

¹⁵Gazeta online: “Dekasseguis: crise faz brasileiros virarem sem-teto no Japão.” <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2008/11/35682dekasseguis+crise+faz+brasileiros+virarem+sem+teto+no+japao.html>

Estadão: “Recessão no Japão afeta dekasseguis”. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.recessao-no-japao-afeta-dekasseguis,282469,0.htm>

aqueles que requeressem, com a condição de que os candidatos ao auxílio deixassem o Japão e não retornasse durante um período de três anos a partir do momento de sua partida.

Akashi e Kobayashi (2010) afirmam que entre o início do programa em abril até o final de fevereiro de 2010, um total de 20,649 trabalhadores nipodescendentes haviam solicitado o requerimento do auxílio, sendo que dentre estes 19.107 eram brasileiros. Entretanto, considerando a população total de trabalhadores estrangeiros no Japão, o efeito desse programa foi mínimo, pois ficou em torno de 5% a quantidade total de pessoas que aderiram ao programa de regresso voluntário.

Após a crise houve muitas mudanças em questões que envolvem os trabalhadores estrangeiros. Quando perguntada a respeito das mudanças após a crise, Christina afirma:

A primeira mudança foi no sistema de recolhimento do seguro desemprego, quando aconteceu a crise os brasileiros foram mandados embora e a maioria não tinha e nem pagava seguro desemprego, então eles ficaram com uma mão na frente e outra atrás, elas tinham que devolver o apartamento deles porque não podiam pagar aluguel, aí o Governo começou a ajudar as pessoas recolocando em apartamentos da Prefeitura e do Estado o apartamento do CDHU, o Governo teve que ajudar essas pessoas porque elas não estavam seguradas com a parte do seguro desemprego e aposentadoria, elas não tinham dinheiro além daquele do mês. Então a primeira coisa que eles fizeram depois que passou a crise foi exigir que a empreiteira pagasse ao menos a parte do seguro desemprego. A segunda mudança eu acho que foi dos próprios brasileiros que não concordavam com isso, eles foram embora, com a crise deu uma peneirada e ficaram as pessoas que entram no sistema japonês e concordam em fazer hora extra quando é pedido, cumprir a hora certinha, não faltar o trabalho, não ficar trocando de emprego. Antigamente você não estava contente com o seu trabalho tinham outras 50 ofertas de emprego pra você, então você não era obrigada a ficar num lugar que você não gostava. Então o que mudou depois da crise foi isso: o comportamento do Governo japonês no recolhimento do imposto, o comportamento do brasileiro em respeitar mais as oportunidades, agora se você consegue um emprego, você faz de tudo para ficar nele porque não tem muitos outros. O que mudou também foi à vontade dos brasileiros em aprender japonês porque esse é um fator que facilita muito encontrar um emprego agora. (Christina, 34 anos).

Como podemos perceber na fala de Christina algumas questões passaram a ter mais importância para os brasileiros no Japão após a crise econômica, como: o seguro desemprego; a atenção que passou a ser dada pelos trabalhadores em relação à

necessidade de ter algum dinheiro de reserva no caso de situações semelhantes; a diminuição nas ofertas de emprego e a percepção de que aqueles que possuem maior fluência na língua japonesa têm mais facilidade em encontrar emprego no Japão depois da crise.

3. Arranjos familiares e domésticos entre os trabalhadores brasileiros no Japão

Nesse capítulo busca-se analisar mudanças nos arranjos em famílias de brasileiros que migraram para o Japão. Serão investigadas as diversas estratégias familiares criadas para lidar com as novas situações, oportunidades e constrangimentos no âmbito familiar, decorrentes da migração para o exterior.

Essas famílias têm suas relações alteradas e, assim, emergem situações como: mudanças significativas na rotina das famílias em função das longas jornadas de trabalho; pais que deixam seus filhos no Brasil com outros familiares durante o período de estadia no Japão; crianças que encontram dificuldades em adaptar-se num ambiente escolar totalmente diferente; crianças que resistem em retornar ao Brasil após adaptarem-se ao novo ambiente.

Muitas famílias que migram para o Japão modificam seus arranjos familiares e domésticos, já que passam a trabalhar em fábricas onde as jornadas de trabalho são bastante extensas. Por muitas vezes trabalha-se turnos alternados, ou seja, a organização do trabalho acaba por configurar estas relações familiares. Entre os que trabalham em turnos alternados é comum que se tornem muito ausentes da vida cotidiana um do outro, o que gera muitos conflitos, pois essa é uma situação bastante diferente da qual eles estavam acostumados.

3.1 Perspectivas teóricas sobre migração e família

Nessa seção pretende-se analisar algumas perspectivas teóricas que relacionam migração e família, pois diversos autores que estudam o fenômeno migratório afirmam que os arranjos familiares integrados às redes pessoais dos migrantes representam um papel essencial na criação, desenvolvimento e manutenção dos fluxos migratórios (Massey et al, 1987; Boyd, 1989; Tilly, 1990;).

Segundo Fazito (2005) os projetos migratórios encontram-se articulados historicamente com as redes familiares, que são determinadas por laços de consanguinidade e afinidade. Essas redes proporcionam apoio social através de vínculos

afetivos e normas estatutárias, e são instituídas de acordo com regras de reciprocidade, segundo a natureza social da família.

Segundo Fazito (2005) ainda que a modificação das funções de apoio social imputadas às famílias ao longo do tempo seja questionada por alguns estudiosos, pode-se afirmar que os arranjos familiares encontram-se intrinsecamente atrelados à função efetiva de apoio social a seus membros.

As redes sociais de apoio geralmente apresentam dois padrões organizacionais interdependentes, o primeiro refere-se a famílias nucleares¹⁶, que são caracterizadas por possuírem laços fortes e imediatos, e o segundo a um círculo “mais inclusivo de amigos, colegas de trabalho e mesmo familiares na linha dos afins segundo o contexto cultural.” (FAZITO, 2005, p. 07).

Os migrantes muitas vezes são considerados atores individuais, porém pesquisas recentes apontam que as chances e a decisão de migrar, a escolha do destino, e as estratégias para a construção de uma vida bem sucedida no local de destino são indissociáveis dos laços familiares.

É essencial que os membros da família motivem a migração, pois as famílias tomam decisões coletivas sobre quem está migrando e a esta passa a ser a principal fonte de suporte social e instrumental para quem migra. Segundo Fazito (2005) as relações familiares passam então por mudanças, já que são abaladas e fortalecidas pelo processo de migração.

Bacallao e Smokowski (2007) afirmam que a experiência da imigração e as perturbações que surgem da necessidade de aprender uma nova língua, encontrar um emprego e lidar com a discriminação pode levar o imigrante tanto a um choque cultural quanto a um estresse familiar.

Dependendo das razões da mobilidade espacial, bem como os ambientes de entrada e saída, as famílias imigrantes muitas vezes experimentam reviravoltas significativas durante a migração, como mudanças socioeconômicas, a perda de redes sociais e mudanças culturais que trazem desorientações no país de destino.

A família é fundamental no processo de migração, pois por constituir laços fortes, auxilia na integração social do imigrante no local de destino e isso proporciona

¹⁶ Segundo Birman (2007) a família nuclear é composta apenas pelos pais e seus filhos e surge na passagem do século XVIII para o XIX.

uma diversidade de tipos e estratégias de apoio social, tanto de no aspecto emocional quanto material.

Entretanto, por diversos motivos existem aqueles que optam por migrar sem a família ou com apenas parte dela. Bryceson e Vuorela (2002) afirmam que esse tipo de situação caracteriza famílias transnacionais. Essas famílias são definidas como aquelas em que seus membros vivem algum ou a maior parte do tempo, separados uns dos outros, porém mantêm e criam algo que pode ser visto como um sentimento coletivo de bem-estar e unidade, mesmo que isso seja feito além das fronteiras nacionais. Nesse tipo de família, as unidades residenciais podem mudar ao longo do tempo em relação à sua composição, pois os membros da família podem imigrar, emigrar e/ou retornar.

Vários estudos têm mostrado aspectos e consequências para as famílias envolvidas nesse tipo de migração. Parrenas (2010) analisa a constituição de gênero em famílias transnacionais de mães migrantes nas Filipinas, a partir das experiências das crianças dessas mães migrantes, nesse sentido, a autora mostra como a sociedade responde à reconstituição forçada das relações de gênero na família de mulheres migrantes e como essa resposta impacta o bem-estar das crianças deixadas durante o processo de migração materna.

Parrenas (2010) afirma que a migração materna transnacional parece forçar o rearranjo entre os sexos, não apenas por eliminar as mães dos limites da casa, mas também por redefinir a maternidade tradicional. Nas Filipinas, historicamente, a maternidade refere-se à nutrição das crianças de maneira muito próxima, por isso o trabalho das mulheres fora de casa não deve interferir nos deveres de cuidado das crianças.

A divisão tradicional de gênero lá designa aos homens o papel de ser o chefe da família, seu principal dever é sustentar os demais membros da família, já as mulheres não enfrentam a pressão cultural e social de adquirir bens materiais, pois cabe a elas devem trazer luminosidade para a casa, alimentando a família.

Por isso, quando as mães filipinas deixam seus filhos com os pais para ir trabalhar em outros países, os pais resistem à reconstituição da divisão sexual do trabalho na família. Segundo Parrenas (2010) isso traz consequências negativas para as crianças, o que resulta em uma maior sensação de abandono entre estas, já que elas deixam de receber o cuidado tradicional.

Apesar desta realidade, Muzzacato e Schans (2011) relembram que existem diferentes normas culturais relativas à família em diferentes lugares ao redor do mundo. Isto significa que a família nuclear pode não ser a melhor opção para todas as famílias, por isso é importante reconhecer que nem todas as famílias que são separadas por fronteiras têm o reagrupamento familiar como seu objetivo final. Portanto, a família transnacional não necessariamente leva a desintegração familiar e pode ser apenas parte de uma estratégia para mobilidade social de seus membros.

3.2 Arranjos domésticos e a diminuição do tempo compartilhado pela família

Goffman (1977) ao fazer sua análise sobre o *arranjo entre os sexos* afirma que a socialização primária é responsável por criar e reforçar os atributos e valores que acompanham as identidades de gênero masculina e feminina. Por isso, desde a infância as meninas são orientadas a desempenhar um papel de apoio, doméstico. Já os meninos devem fazer o inverso, adotando uma atitude competitiva e dirigindo-se a tarefas que exigem mais esforço físico.

Contudo, essa distinção orientativa só se torna possível a partir da aceitação tácita de um princípio de naturalização das diferenças efetivadas em classes de sexo. As valorizações e atribuições diferenciadas são efetivadas, de forma aberta, de maneira a serem presenciadas por irmãos das duas classes de sexo. Cada sexo, afirma Goffman (1977), torna-se um dispositivo para formação do outro, dispositivo que é trazido para o interior da casa e que servirá para estruturar a vida social mais ampla.

Diversas pesquisas feitas na França desde 1967 mostram que as tarefas domésticas de lavar pratos, fazer compras, limpar a casa, cuidar das crianças e etc., sempre recai mais para as mulheres, algo em torno de 80% (Cf. MÉDA, 2000). Quando se trata de uma definição mais ampla de trabalho doméstico, o que inclui, por exemplo, a realização de consertos ou o trabalho de jardinagem, os números mostram uma participação maior dos homens, eles são responsáveis por um terço dessas atividades.

Muitos casais que migram para o Japão acabam por mudar seus arranjos de tarefas domésticas, já que eles passam a trabalhar em fábricas onde as jornadas de trabalho são bastante extensas e por muitas vezes estes trabalham em turnos alternados. Isso pode ser visto na fala de Christina – ela trabalha numa fábrica durante o dia e seu marido trabalha a noite - quando se questiona como isso afetou a vida de ambos:

No começo eu fui obrigada a fazer tudo sozinha, ele não estava aqui e então eu tive que fazer, eu não tinha carteira de motorista e dependia dele, então para fazer compras no supermercado eu tinha que ir de bicicleta. Chegou um dia que eu falei ‘eu tenho que tirar minha carteira de habilitação senão como eu vou ficar?’, por exemplo, aqui no inverno a gente usa um aquecedor que tem que abastecer então eu não sabia abastecer o querosene nesse aquecedor. É simples, mas eu não sabia e não tinha o menor interesse em aprender isso, o meu marido ficava falando ‘você tem que aprender para quando eu não tiver aqui trocar uma lâmpada, porque na hora que eu não estiver aqui’. Vamos dizer, ele foi me educando dessa maneira, eu fui me adaptando. É claro, eu faço questão do meu marido aqui comigo, mas se ele não está eu sei fazer tudo que ele faz porque eu tive que aprender a ficar sozinha. (Christina, 34 anos)

Como se pode perceber a organização do trabalho acaba configurando as relações domésticas entre esses casais, como ilustra Christina ao explicar que buscou uma solução para realizar as tarefas em casa, que anteriormente eram feitas somente por seu marido.

Hirata e Kergoat (2002) afirmam que a complementaridade entre os sexos está presente na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Tal tradição corresponde ao conceito de “vínculo social” que, em relação à noção de complementaridade, diz respeito à divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico.

Dessa divisão surgem diferentes modelos e tipos de papéis sexuais. No modelo “tradicional” cabe às mulheres assumirem inteiramente a responsabilidade pelo papel da família e das atividades domésticas, enquanto que os homens assumem o papel de provedor.

No modelo de “conciliação” às mulheres devem conciliar a vida familiar e profissional, porém, alguns pesquisadores propõem modificar o termo “conciliação”, ou “mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres.” (HIRATA e KERGOAT, 2002, p. 604).

Entre os casais de brasileiros que migram para o Japão é bem comum que haja essa tentativa de conciliar as atividades domésticas. Porém, devido às diversas situações

adversas que eles enfrentam, seja pelo pouco tempo que podem se dedicar as atividades domésticas, ou no caso de um dos dois retornar ao Brasil antes do outro, a divisão das atividades domésticas acabam sendo redefinidas.

Toshi remete a essa situação ao relatar que sua esposa e filho estavam no Japão com ele, porém, por causa da crise retornaram ao Brasil. Quando indagado sobre a principal mudança em sua rotina depois que sua esposa retornou ao Brasil ele responde:

Ela fazia muito mais as coisas em casa do que eu, a vida aqui é difícil, o tempo passa rápido, você fica pouco tempo em casa, então o que mais mudou na minha rotina foi que agora eu chego em casa e tenho que fazer comida, a limpeza; depois que ela foi embora a vida doméstica mudou bastante. (Toshi, 34 anos).

Algumas entrevistadas afirmam que as atividades domésticas são compartilhadas entre os membros da casa, pois as extensas jornadas de trabalho faz com que as famílias passem pouco tempo em casa e conseqüentemente tenham pouco tempo para a realização de atividades domésticas, Alicia e Mayumi que moram com suas famílias no Japão, relatam sobre a divisão das atividades domésticas:

Eu acordo e tomo um banho, faço um café, não faço mais nada, vou trabalhar. Quem chega primeiro em casa faz o jantar, depois ajeita a casa e lava a roupa, aqui todo mundo trabalha em casa, seja homem ou mulher, meu marido lava roupa, os meus filhos também, aqui todo mundo trabalha em casa, porque todos trabalham fora e ao chegar em casa estão cansados, por isso todo mundo ajuda o outro. Então o trabalho em casa é dividido, mas o apartamento é muito pequeno, para arrumar é rapidinho, agora eu sei que se estivéssemos no Brasil só eu que faria tudo praticamente, ou eu ou a empregada, mas aqui não, aqui tem cooperação. (Alicia, 56 anos).

Na minha casa minha mãe, meu pai e eu dividimos tudo. Quer dizer, eu arrumo o meu quarto, minha mãe arruma a cozinha, passa aspirador, lava a roupa e estende, meu pai também cozinha, arruma as bagunças espalhadas e sempre organiza as tranqueiras que vão acumulando, já que o lixo aqui precisa ser bem separado. No Brasil sempre tivemos empregada doméstica, então tenho quase certeza que aqui nós fazemos assim porque no Japão não existe serviço individual para a limpeza da casa. Por isso temos que fazer nós mesmos, e o modo como dividimos, é pela correria do dia a dia. (Mayumi, 28 anos).

Podemos perceber que ambas as entrevistadas afirmam que a rotina de trabalho no Japão acaba exigindo certa “cooperação” dos membros da família para a realização das atividades domésticas, e que enquanto estavam no Brasil às famílias se organizavam de uma maneira diferente, recorrendo a empregadas domésticas para a realização de tais atividades.

A migração para o Japão modifica também a dinâmica familiar e os processos de comunicação entre os membros da família como um todo. As longas jornadas de trabalho e o fato dos horários de trabalho dos membros da família serem bastante diferenciados altera tal dinâmica familiar e diminui o tempo compartilhado em família, como podemos ver na fala de Teruo que fala sobre a rotina da família no Japão e como esta mudou se comparada com a rotina que tinham no Brasil:

Eu moro com meus pais e minha irmã. A gente conversa mais nos finais de semana, dia de semana tem comunicação, mas não tanta, a gente conversa mais na sexta-feira, no sábado, a gente sai para almoçar, para jantar e comer uma pizza, dia de semana às vezes, mas tem dias que você acaba não encontrando ninguém, porque os horários são bastante diversificados, cada um tem o seu horário de trabalho, então, às vezes, não bate os dias, então a gente conversa mais na sexta, sábado, domingo, é bem diferente da rotina que tínhamos no Brasil, aqui como tem essa diversidade de horários, você não encontra as pessoas, fica dois, três dias sem ver a pessoa, dependendo até mais. No Brasil pelo ao menos você está sempre encontrando a pessoa. (Teruo, 32 anos).

Entre os casais a rotina de trabalho no Japão, tende a tornar a relação mais conflitante, principalmente se trabalham em turnos alternados, já que estes passam bastante tempo sem se ver, mesmo morando juntos, portanto, esta situação é muito diferente da qual a maior parte estava acostumada até migrar, isso fica bem claro na fala de Christina:

Quando eu morava lá no Brasil a gente trabalhava e tinha um restaurante, passava 24 horas juntos, todo o nosso trabalho a gente realizava junto, quando eu cheguei aqui, ele começou a trabalhar no turno da noite e eu no turno do dia, a gente se via pouco... eu achei tudo isso muito estranho pra mim no começo, foi muito difícil ficar sem ele, dormir sem uma pessoa comigo, que era uma coisa que eu já não fazia há muito tempo, porque eu já estava casada com ele três anos, é muito ruim chegar em casa e preparar o jantar e não ter com quem comer, conversar. Depois de três anos juntos e o último ano vivendo juntos 24 horas eu senti muita falta (...) eu

tive que me acostumar(...) aí eu resolvi, se eu não mudasse minha maneira de vida e me adaptar ao Japão eu ia sofrer sozinha mesmo, meu corpo já estava sentido tudo que a minha mente estava sentido, eu acho que isso foi muito difícil por isso, mas hoje em dia durante a semana a gente se fala pelo o telefone... (Christina, 34 anos).

Como podemos observar os casais que passam por essa situação devem desenvolver algumas estratégias para lidar com a nova situação. Nesse caso Christina e seu marido tiveram que se acostumar a não conviver um com o outro em casa durante a semana e para manter a comunicação eles conversam através do telefone nos intervalos de trabalho de cada um.

Pode-se observar que as jornadas de trabalho no Japão, são bastante extensas e os horários de trabalho dos membros da família, muitas vezes, diferenciados entre si, a conciliação da vida familiar de brasileiros no Japão torna-se mais difícil se comparada a quando estes viviam no Brasil, e isso exige mudanças nos arranjos familiares e domésticos de modo que estes se ajustem da melhor maneira possível à nova realidade.

3.3 Separações familiares

Entre os brasileiros que migram para o Japão é grande o número de homens que partem para o Japão sem esposas e filhos ou então, casais que migram deixando os filhos com parentes no Brasil, assim a migração de alguns membros da família força certas reconfigurações familiares entre aqueles que permanecem no Brasil.

Podemos perceber essa situação no depoimento de Satoru que atualmente está no Japão, mas que durante a adolescência passou pela situação de permanecer no Brasil com a mãe enquanto o pai partiu para o Japão. Quando se pergunta sobre as principais mudanças que ocorreram nessa época, ele declara:

Minha mãe teve que assumir todos os compromissos; alguma coisa que precisava ser resolvida, ela falava com o meu pai, mas era praticamente minha mãe que era a cabeça de tudo, eu meio que ajudava como possível. Foi uma mudança grande, 15 anos dentro de casa e de repente meu pai lá do outro lado do mundo e você só fala com ele uma vez por semana por telefone e na época era um absurdo ligar para o Brasil, tinha o tempo limitado e você tinha que falar o que tinha que falar naquela época, então foi assim, tinha esse lance da saudade, mas também ‘está

no Japão e vai ganhar dinheiro e vai vim embora e vai ficar todo mundo feliz'. (Satoru, 35 anos).

O pai de Satoru ajudou a família que permaneceu no Brasil, enviando dinheiro para casa, ou seja, ao migrar o seu papel de provedor da família e de responsável pelas finanças foi mantido, porém ao mesmo tempo, os papéis dos membros que permaneceram no Brasil foram influenciados pela ausência de seu pai, já que sua mãe teve que assumir toda a responsabilidade em relação a casa e a criação dos filhos.

A gravidade dos problemas que envolvem as famílias transnacionais parecem se relacionar bastante com o tempo em relação à separação. Quando o tempo de separação é curto, as famílias parecem saber lidar melhor com a situação. Na ausência do pai, as mãe e crianças passam a receber o apoio de outros membros da família, como podemos ver na fala de Satoru quando fala sobre quando o pai retornou para o Brasil para levá-lo para o Japão:

Meu irmão na época ela tinha 14 anos, minha irmã é seis anos mais nova, então praticamente crianças ainda, minha mãe nunca resolveu essas coisas de impostos, coisas na prefeitura, então... O meu pai com aquela mente de 'facilitar a vida' e ao mesmo tempo preocupado se daria certo, se nós íamos dar certo aqui, trabalhar, juntar dinheiro. Então ele não teve muito tempo para se preocupar com isso, se eles conseguiriam se virar aqui no Brasil ou não. No meu caso eu já fiquei muito mais preocupado com a minha mãe, com o meu irmão, com a minha irmã porque a minha mãe não sabe resolver essas coisas, então assim, eu pedia muito para os meus primos, minhas primas maior de idade ajudar em casa, assim ajudar nessas coisas. (Satoru, 35 anos).

A autoridade é uma parte essencial das relações familiares. Esta de alguma maneira relaciona-se com o tipo de dominação exercida pelo pai ou pela mãe sobre os filhos (LINS-DE-BARROS, 1987). Nesse sentido, o rompimento com a autoridade materna ou paterna é também responsável por rearranjos familiares. As longas separações trazem mudanças significativas nos papéis familiares o que pode contribuir para problemas e conflitos familiares. Masato mostra que durante a ausência do pai que permaneceu no Japão três anos, ele e seus irmãos se acostumaram a ter mais liberdade, ele relata então os conflitos que surgiram:

Quando meu pai veio para o Japão eu fiquei com a minha avó, porque minha mãe é falecida. Eu ficava com ela, porque ela morava no mesmo terreno, era ela quem cuidava de mim e dos outros três irmãos. Meu pai veio para o Japão duas vezes antes de eu vir, ele ficava um ano e meio e depois voltava, ele fez isso duas vezes, na terceira eu vim com ele. Na primeira vez em que ele veio eu tinha 14 anos, era complicado, mas ao mesmo tempo pra molecada é até bom, mas era ruim, porque não tinha ninguém para nos orientar e isso prejudicou muito, até ele sentiu isso, agora eu e meu irmão que está aqui, temos uma liberdade imensa, agora nós acostumamos com isso e ele tenta prender e não consegue mais, tanto que agora que estamos os três aqui está cada um morando em um apartamento, meu pai depois de muitas brigas com a gente mandou cada um para o seu canto aí fomos. (Masato, 24 anos).

Aqueles que migram buscam manter os vínculos com os parentes deixados no país de origem, através dos diversos meios de comunicação avançados e acessíveis. Porém, toda a tecnologia existente não é capaz de substituir a presença física daqueles que deixam suas famílias. Entre aqueles que se encontram nessa situação são recorrentes os relatos sobre a falta que faz os membros da família que permaneceram no Brasil, principalmente os relatos de pais que deixam seus filhos aos cuidados de parentes. Haruo conta sobre a difícil situação de permanecer no Japão longe de seu filho que está com sua ex-esposa no Brasil:

É difícil, pra falar a verdade não imaginei que seria tão difícil assim. Eu converso com ele aqui e não dá pra chorar na frente da criança, é triste, não desejo pra ninguém. Você não sabe o que acontece, às vezes, ele fala algumas coisas que eu fico assustado, não sei se é da cabeça dele, mas eu fico preocupado. Mas é triste, depois que minha mulher quis separar, foi logo depois do Tsunami, fiquei mal, na verdade eu só penso nele. Ele que me mantém e me dá força para trabalhar e é ele que me dá força pra voltar. Mas a situação é triste, penosa, às vezes ele não quer conversar eu falo: ‘fala com o papai’ eu acabo sendo chato porque a criança de três anos quer ver um desenho e vai ter que falar com o papai, é ruim, muito triste. (Haruo, 34 anos).

Ao mesmo tempo em que o filho fornece algum suporte para Haruo permanecer trabalhando no Japão e alcançar o objetivo de juntar dinheiro o suficiente para retornar ao Brasil, à distância e a ausência de seu filho o deixa bastante deprimido, e todos os meios de comunicação e a tecnologia não são capazes de suprir essa ausência.

3.4 Famílias brasileiras e seus filhos no Japão: trajetórias e transições

Para as crianças e adolescentes em idade escolar a realidade de intenso trabalho de seus pais, sua própria trajetória de estudos e futuro se apresenta como indefinidos assim como de qualquer pessoa que atravessa a fase da juventude, no entanto em relação à noção de pertencimento e identidade esse conflito torna-se mais intenso.

As crianças e jovens têm dificuldades em entender e se identificarem como brasileiros ou japoneses, por isso a escola representa um papel fundamental. Os relatos da diretora de uma escola brasileira entrevistada mostram que a formação dos filhos de imigrantes passa por uma grande influência da escola e da ausência do convívio familiar em muitos casos:

A escola onde eu trabalho tudo tem câmara, é bem seguro para os pais, os alunos ficam oito horas, tem crianças que saem de casa as 5:00 da manhã e só retornam as 8:00 da noite (...).como as crianças ficam fora de casa dia inteiro, então a gente acaba sendo mãe, professora, psicóloga, as vezes, até mesmo pais. (Alicia, 56 anos).

Entre os pais surge também o conflito entre a escolha do sistema educacional japonês ou brasileiros para seus filhos que chegam ao Japão. A escolha pelo sistema de ensino brasileiro se justifica em parte, pela alfabetização em língua portuguesa e também ao retornar ao Brasil pelo fácil reconhecimento dos estudos. Entretanto, a dificuldade encontrada é que no Japão as escolas brasileiras são todas privadas e de alto custo financeiro, portanto, no período da crise econômica de 2008, por exemplo, os pais que perderam os empregos tiveram dificuldades em pagar as escolas para seus filhos continuarem estudando (Cf. CNIg, 2009¹⁷).

Muitos brasileiros também optam por matricular seus filhos em escolas japonesas, que possui fácil acessibilidade principalmente por serem gratuitas em sua maioria, além disso, as matrículas são realizadas apenas com a documentação básica e por critério de residência. Dentre as escolas japonesas, existem as classificadas como nacionais, as públicas e as privadas, sendo que cerca de 99% das escolas primárias e 93% das escolas ginásiais são instituições públicas (CASTRO-VÁZQUEZ, 2009).

¹⁷ Ata da reunião de 10 de março de 2009 do Conselho Nacional de Imigração.

Satoru que constitui família no Japão e tem uma filha afirma que pretende colocá-la numa escola japonesa porque acredita que ela terá uma educação melhor e também porque ele não pretende retornar ao Brasil:

Eu prefiro escola japonesa, minha visão de escola brasileira é que lá é um lugar de você deixar sua criança enquanto você trabalha, não é uma escola de verdade, é lógico que ela vai aprender, tem um professor e tal, mas não é como se fosse no Brasil. Aqui de certa forma você paga para deixar sua criança lá, enquanto você trabalha. Eu vejo isso com base no pessoal que eu conhecia que veio para cá criança ou adolescente e foi educado em escola brasileira, você vê que eles aprenderam muito pouco. Eu também não pretendo voltar a morar no Brasil, por isso também para minha filha vai ser melhor estudar numa escola japonesa. (Satoru, 35 anos).

A busca por uma escola brasileira apresenta uma dimensão ligada à expectativa de retorno ou não ao Brasil: para as famílias com crianças e adolescentes que pretendem retornar ao Brasil, a alfabetização em escola japonesa é problemática se não for acompanhada do ensino de língua portuguesa. As consequências do desconhecimento da língua portuguesa refletem principalmente na continuidade da trajetória escolar, mas também com reflexos na adaptação e socialização no Brasil.

Tem crianças, hoje, que os pais já estão querendo retornar ao Brasil, porque com o tempo já começa a cansar daqui do Japão, aí por isso até que o Governo fala que se a pessoa vem para o Japão e tem uma ideia de voltar, então o ideal é que a criança fique em escola Brasileira e não japonesa, porque a adaptação depois é a mesma coisa. Todos os alunos que saem da nossa escola e vão para escola japonesa e também ao contrário sofre bastante, porque tem crianças de 12,13 anos que não é alfabetizado em português, é alfabetizado em japonês, escreve tudo errado, aí ao chegar ao Brasil a criança sofre e os pais acabam voltando pra cá e ficam pra sempre aqui no Japão, porque a adaptação no Brasil também não é boa. A maior parte das crianças que moram aqui e vão para o Brasil tem dificuldade na adaptação, aí eles retornam. (Alicia, 56 anos).

Os filhos dos imigrantes que estudam em escolas brasileiras desde os seus primeiros anos escolares, demonstram ter uma adaptação mais fácil no Brasil no caso de um retorno, tanto para estudar quanto para trabalhar. No entanto, se ao terminar o período escolar esses jovens permanecerem no Japão, sua inserção no mercado de trabalho poderá ocorrer como a de seus pais na condição de imigrante decasségui, de

forma instável e precarizada. Isso porque a alfabetização em língua portuguesa nas escolas brasileiras, mesmo estando localmente situada no Japão, não favorece o ensino concomitante da língua japonesa, assim, essas crianças e jovens dificilmente dominam o idioma japonês e não se qualificam profissionalmente após a saída da escola.

Esse tipo de trajetória escolar pode influenciar também os arranjos familiares, como em separações familiares de pais e filhos para que esses deem continuidade dos estudos no Brasil, bem como o retorno de parte da família. Este é o caso do filho de Shizuka, que retornou ao Brasil para cursar o ensino superior:

Meu filho mais velho faz dois anos que foi embora para poder fazer faculdade, ele está morando com o pai dele, meu ex-marido. Eu falo com ele toda semana e quase todos os dias pela internet. Agora quando eu retornar eu não sei como vai ser, não sei se ele vai continuar morando com o pai dele ou comigo, isso ainda está incerto. (Shizuka, 33 anos).

Já a trajetória dos filhos de imigrantes que estudam no sistema educacional japonês apresentam conflitos de outra ordem para o curso de vida e estruturação familiares. As crianças que frequentam escolas japonesas aprendem o idioma, os costumes e a cultura japonesa de forma que acabam se identificando como japoneses, mesmo às vezes tendo nascido no Brasil ou de família brasileira no Japão. Podemos ver isso no relato de Mayumi de 28 anos, mãe de uma menina de nove anos de idade:

A minha filha na verdade ela sofreu e ainda sofre com preconceito na escola, criança pequena... e o nome dela é diferente, ela meio que pegou um certo trauma de estrangeiro, ela não admite que ela seja estrangeira. (...) pelo o fato dela nascer aqui e convivência também(...). Criança quando se sente diferente das outras crianças se sente mal, então digamos, quando passa alguma coisa na televisão do Brasil ou sobre estrangeira ela fica meio assim sentida por dentro, não gosta e nem quer ver, sai de frente da televisão, meio que tem uma certa revolta com isso. (Mayumi, 28 anos).

Por passarem também a maior parte do dia na escola, enquanto seus pais trabalham fora em período integral, à escola se torna a principal referência para os filhos de brasileiros no Japão, no caso dessas que vão para a escola japonesa, é comum que

apareçam conflitos relacionados à identidade, estas crianças tendem a ficar entre a autopercepção de uma “brasilidade” não aceita e uma “niponização” desejável.

4. Retornar ao Brasil ou permanecer no Japão?

O capítulo será dedicado à discussão sobre o conflito vivido pelos brasileiros em relação à permanência no Japão e o retorno ao Brasil. Sayad (2000) argumenta que o retorno é um desejo natural que se pode encontrar em todos os imigrantes.

O retorno consagra dois aspectos: ele ilustra simultaneamente a relação que o emigrante estabelece com tudo aquilo que se separou graças à sua emigração (a relação com o grupo e a relação com o espaço e o tempo próprios ao grupo, etc.), e também a relação que o imigrante mantém simultaneamente e correlatamente com a sociedade de imigração e com sua condição de imigrante. (SAYAD, 2000, p. 19).

O retorno ao Brasil parece ser latente entre a grande maioria de brasileiros no Japão, porém, muitos conflitos surgem principalmente entre os que estão no Japão há muito tempo. A dificuldade de recolocação no mercado de trabalho brasileiro com o mesmo nível salarial do Japão; a adaptação ao modo de vida; a constituição de família no Japão; parecem influenciar diretamente no aumento da expectativa temporal dos brasileiros no Japão. Existem ainda aqueles que migraram para o Japão ainda crianças e não se lembram de quase nada sobre o Brasil, para estes a permanência no Japão parece ser uma realidade.

4.1 Perspectivas teóricas sobre a migração de retorno

Diversas teorias e pesquisas que analisam as migrações internacionais apontam diferentes perspectivas sobre a questão do retorno. Cassarino (2004) busca entender como o retorno se define e se localiza nas diversas teorias, para isso o autor analisa cinco diferentes abordagens.

A teoria econômica neoclássica analisa que aqueles que permanecem nos países de acolhimento são aqueles que conseguiram ter sucesso, assim à migração de retorno seria consequência de uma experiência migratória fracassada. Dentro desta perspectiva

as habilidades e competências adquiridas no exterior dificilmente podem ser utilizadas no país de origem porque elas não correspondem às necessidades locais.

A nova economia da migração laboral compreende o retorno como parte integrante do projeto de migração, sendo este projeto parte de uma estratégia previamente calculada. Nesse sentido, uma vez que os objetivos são cumpridos no país de destino o migrante devido ao seu apego ao lar e a família decide retornar.

No estruturalismo a análise da migração de retorno não encontra-se baseada nem no “sucesso” e nem no “fracasso” do migrante que decide regressar. As expectativas em relação ao retorno são reajustadas e adaptadas em relação ao contexto estrutural do local de origem.

O apego ao lar, aos familiares e a nostalgia por seu país é o que motiva o retorno, porém as motivações do retorno podem ser modificadas devido à realidade do mercado de trabalho e das relações de poder no local de origem. As habilidades e competências adquiridas no exterior são desperdiçadas no retorno, pois existem limitações estruturais inerentes aos países de origem, por isso o status social desse retornando não muda quando ele regressa.

Outra abordagem analisada por Cassarino (2004) é o transnacionalismo. Dentro desta perspectiva o retorno não é necessariamente permanente, e ele ocorre quando os recursos financeiros e os benefícios são suficientes para sustentar a casa, e quando as condições no país de origem são favoráveis.

Os migrantes retornados que pertencem a esta perspectiva fazem parte de um grupo étnico disperso globalmente que define estratégias para continuar a mobilidade além das fronteiras nacionais, porém mantendo vínculos com parentes. Portanto, o retorno é motivado principalmente pelo apego ao lar e a família, ou seja, os laços familiares são essenciais para que haja o regresso.

Por fim, a última abordagem apresentada por Cassarino (2004) é a teoria das redes sociais. Nesta teoria o retorno é garantido pelas redes transfronteiriças de relações sociais e econômicas que transmitem informações aos migrantes. O retornando aqui é um ator social que possui valores, projetos e percepções próprias sobre o ambiente de retorno, este reúne informações sobre o contexto e as oportunidades no país de origem.

O motivo do retorno entre estes é provocado por oportunidades sociais, econômicas e institucionais no local de origem, e pelos recursos próprios disponíveis a eles. Competências, conhecimentos, experiências e valores adquiridos no exterior são

fatores que contribuem para garantir um retorno bem sucedido entre estes retornados. (Cf. CASSARINO, 2004).

Cerese (1974) ao pesquisar italianos que retornaram dos Estados Unidos, mostra o quanto é complexa a relação entre as expectativas desses imigrantes e o contexto social e econômico de seu local de origem. Sendo assim, o autor cria quatro tipologias de retorno baseado nas aspirações, expectativas e necessidades dos imigrantes retornados.

O primeiro tipo de retorno seria o do “fracasso” que inclui os retornados que não puderam se integrar no país de acolhimento devido os preconceitos e estereótipos que estes encontraram no exterior. As dificuldades encontradas impossibilitam-os de serem ativos nas sociedades de acolhimento e são determinantes para motivarem sua volta.

O retorno “conservador” refere-se aos migrantes que planejam seu retorno antes de emigrar, pois eles desejam emigrar apenas juntar dinheiro suficiente para comprar terras. As aspirações e estratégias deste tipo de retorno só tendem a satisfazer suas necessidades pessoais, assim como os de seus familiares.

O retorno da “aposentadoria” inclui migrantes aposentados que decidem regressar ao seu país de origem e adquirir alguma terra ou casa para passar a sua velhice.

Por fim, o retorno “inovador” refere-se aos retornados que pretendem utilizar as novas habilidades adquiridas durante a experiência migratória; estes visam atingir objetivos no seu país de origem e acreditam que as competências adquiridas no exterior, assim como o dinheiro acumulado durante o período de trabalho em outro país pode ajudar a atingir tais objetivos.

Segundo Jeffery e Murison (2010) aqueles que emigram tendo como objetivo acumular dinheiro o suficiente para se estabelecer com mais conforto no seu país de origem podem ter a migração de retorno como o resultado desejado da emigração original. Já para aqueles que tinham a esperança de construir uma vida melhor no exterior e ao partir alimentavam a intenção de instalar-se definitivamente no local de destino, a migração de retorno pode ser vista como um fracasso em relação à integração e ao êxito no país de acolhimento.

Algumas outras implicações estão sempre latentes em relação à migração de retorno de migrantes, tais como os desafios de adaptação, a reinserção no mercado de

trabalho e o investimento do dinheiro que foi acumulado durante o período de trabalho em outro país.

Jeffery e Murison (2010) recorrem a estudos recentes, que mostram que as expectativas de retorno mudam ao longo da vida, pois para as gerações mais velhas as preocupações que se relacionam com a questão do retorno ao local de origem estão ligadas à aposentadoria, enquanto que as gerações mais jovens estão mais preocupadas com as oportunidades educacionais e de emprego para si e para sua família.

Estes estudos mostram, por exemplo, que os imigrantes que conseguem se aposentar na Europa, ao invés de manter o planejamento que fazem antes de migrar e regressar aos países de origem ao atingir uma idade mais avançada, estes tendem a preferir permanecer na Europa, pois está pode fornecer maior estabilidade financeira e provisão social.

O desejo de retornar para casa pode também ser reduzido pela sensação de que os laços com seu país de origem enfraqueceram durante os longos anos em que estiveram ausentes.

Fazito (2010) mostra que as explicações sobre a migração de retorno que enfatizam o “sucesso” ou o “fracasso” dos retornados não evidenciam um consenso sobre as causas, padrões e efeitos do retorno. Por isso, alguns pesquisadores preferem analisar as migrações a partir de seu contexto histórico e social e das variadas estratégias adotadas pelos migrantes.

Quanto a tais estratégias, talvez as maiores recorrências ou padrões sejam mesmo a participação das redes familiares nos deslocamentos, tanto para justificar o retorno, como a própria migração. Portanto, importante fator de determinação dos fluxos migratórios, devem ser as modificações estruturais na reprodução da organização familiar em todo o processo de migração/retorno. (FAZITO, 2010, p. 93).

Parry (1986), em suas investigações sobre as causas da migração de retorno observa que o retorno pode ser entendido como o produto da junção da estrutura econômica do mercado de trabalho local e nacional, e da estrutura social e cultural que constituem as relações familiares e de amizade.

As redes familiares de apoio que se encontram na unidade doméstica do país de origem ou de destino influenciam diretamente na decisão do retorno, pois o retorno

tende a ser mais frequente entre aqueles que possuem relações familiares mais fortes e que se mantêm ao longo do tempo.

4.2 O desejo e as indeterminações do retorno ao Brasil

A estadia dos brasileiros no Japão, quase sempre é entendida como temporária, tanto pelos japoneses como pelos próprios brasileiros, pois a princípio o retorno ao Brasil está presente nos planos de quase todos esses trabalhadores. Porém, entre grande parte dos que retornam ao Brasil, o país não se encontra “exatamente como haviam imaginado enquanto suavam no Japão. É como se tivessem congelado a imagem do Brasil na hora de partir para o Japão e depois a idealizassem e a mitificassem.” (SASAKI, 1998, p. 7).

Para muitos brasileiros que passaram algum tempo no Japão, a impossibilidade de não se poder retomar as relações sociais no Brasil a partir do momento em que estas foram interrompidas traz uma sensação de perda e insegurança, portanto, na possibilidade de um efetivo retorno surgem muitas dúvidas sobre o futuro no Brasil. Isso fica muito claro na fala de Christina ao contar uma lenda japonesa e mostrar que para ela, a história encontra-se associada à vida dos brasileiros que migram para o Japão:

Tem uma lenda japonesa que chama Urashima Taro, eu não sei se você conhece essa lenda, então é assim, o Urashima Taro era um pescador e uma vez ele viu umas crianças maltratando uma tartaruga e aí ele salvou a tartaruga e cuidou da tartaruga, daí quando ele foi devolver ela para o mar, a tartaruga como agradecimento convidou ele para ir ao reino onde ela vivia e levou o Urashima Taro para o fundo do mar para uma ilha da fantasia, vamos dizer assim. Chegando lá, todo mundo ficou feliz em receber o Urashima Taro porque ele ajudou a tartaruga e estava todo mundo agradecido e todo mundo queria que ele ficasse lá e que ele se divertisse e se sentisse bem, e o Urashima Taro foi ficando. Ele ficou ali vivendo aquelas coisas boas que ele, como pescador, nunca tinha vivido. Era como se estivesse no paraíso e era tudo em agradecimento pelo que ele tinha feito pela tartaruga, só que chegou um dia o Urashima ficou com saudade da casa dele, ficou com saudade das coisas dele, da vida, das pessoas que ele gostava e resolveu voltar, só que aí ele ganhou uma caixinha, e a tartaruga falou para ele nunca abrir a caixinha porque ali tava todo o segredo. Daí ele voltou, só que quando voltou tava tudo diferente, todo o tempo tinha passado, ele tava na ilha da fantasia, parecia que ele esteve ali uns três dias, só que na verdade ele estava há muito tempo fora, as pessoas não o conheciam mais, as pessoas que ele encontrou eram diferentes, as pessoas que conhecia já tinha morrido ou já

não sabiam mais quem era ele porque com o tempo as pessoas se esquecem de você. Aí ele abriu a caixinha, só que ao abrir a caixinha ele viu toda a vida passar, esse era o segredo. Ele tinha ficado lá e a sua vida tinha passado, então eu acho que o Japão é mais ou menos isso sabe, o Japão é a nossa ilha da fantasia. A gente vem para cá e parece que está vivendo num universo paralelo, mas não existe paraíso porque a vida das pessoas no Brasil continua sem você e a sua vida aqui continua também e quando elas se encontram nem sempre dá certo. Isso é verdade porque eu vejo que muita gente já esqueceu de você, então acho que a história do Urashima Taro é a história de todo mundo que vem para o Japão... Sempre eu penso no Urashima Taro sabe e eu sempre penso assim, nossa será que quando eu voltar eu vou me adaptar ao Brasil? Será que eu não vou ser que nem o Urashima Taro? Eu sempre fico pensando. (Christina, 34 anos).

Sayad (2000) afirma que o retorno encontra-se intimamente relacionado à ideia de emigração e imigração, pois não se imigra para um lugar sem que se tenha emigrado de outro lugar, sendo assim não existe presença em algum lugar sem que haja em contrapartida uma ausência. A impossibilidade de se retornar ao ponto inicial das relações sociais faz do retorno uma ilusão. O retorno seria produto de uma falsa ideia de que a ausência da terra natal é temporária e, portanto, uma necessidade imperativa. Na verdade não é possível retornar de fato já que não se pode reconstituir a configuração social deixada durante o tempo em que se esteve ausente.

A experiência migratória faz com que os brasileiros incorporem novos valores, se adaptem a um estilo de vida que contrasta muito com os valores e o modo de vida que até então eram familiares no Brasil. Apesar de demonstrarem o desejo de voltar ao Brasil, alguns entrevistados(as) afirmam que alguns aspectos os fazem repensar o retorno ao país:

É a falta de emprego, quando a gente estava no Brasil era muito difícil a gente conseguir emprego e eu não sei como seria agora a gente voltando, mas se a gente conseguisse emprego, acho que tudo bem. Mas eu acho que o mais difícil mesmo no Brasil é a insegurança, aqui a gente se sente seguro, eu me sinto segura sozinha, eu morando no Brasil, sozinha e a sabendo que o meu marido não está em casa, eu acho que eu não me sentiria segura. (Christina, 34 anos)

Pelo tempo que você está aqui você acaba pegando essas coisas de educação, o lado financeiro e segurança. Aqui você vai onde quer, no Brasil às vezes você vai e às vezes não. Como eu estou fora há muito tempo eu não sei como está aí, mas muitas pessoas que conheço que vão

acabam não se adaptando a essas coisas e acaba voltando pra cá, então não sei como vai ser ainda, então eu teria que estar readaptando ao um novo Brasil, um Brasil completamente diferente de dez anos atrás. (Takashi, 31 anos)

Antes eu queria voltar para o Brasil de qualquer jeito, mas hoje eu já não sei, porque por mais que no Japão seja ruim, a gente ganha pouco, é um pouco diferente do Brasil, a condição de vida é melhor mesmo ganhando pouco. Já no Brasil eu não sei, não sei se eu vou conseguir um bom emprego, voltar a estudar, fazer a faculdade que eu queria, então e não sei, antes eu não queria ficar aqui de jeito nenhum, mas hoje eu já não tenho certeza se ficaria aqui ou voltaria para o Brasil. (Naomi, 24 anos)

Falta de serviço, violência, acho que isso daí. (Yumiko, 32 anos)

Segundo Kamitani (2009) a dificuldade de readaptação difere de acordo com tempo que o trabalhador permanece no Japão; quanto mais tempo de adaptação à vida no país estrangeiro, mais problemático será seu retorno e conseqüentemente sua adaptação ao Brasil.

Essa dificuldade, em parte, diz respeito às adversidades que os migrantes retornados encontram no Brasil em relação ao trabalho, pois quase sempre as atividades que os brasileiros realizam no Japão não exigem nenhum preparo profissional e, por isso, tais atividades não garantem nenhuma formação que permita que eles atuem no mercado de trabalho brasileiro mais qualificado ao retornar.

Pode-se observar que a indeterminação em relação à inserção no mercado de trabalho no Brasil é um dos principais motivos que fazem os brasileiros repensarem o retorno, pois apesar de a maioria trabalhar no Japão em fábricas de forma terceirizada, através de contratos de curta duração, e da recente crise econômica, os brasileiros que estão no Japão há algum tempo ainda se sentem mais seguros em relação à inserção no mercado de trabalho japonês do que no mercado brasileiro. Algo que é recorrente na fala dos(as) entrevistado(a)s é que a dificuldade de trabalhar no Brasil estaria relacionada a “desatualização” em relação ao mercado de trabalho brasileiro, pois passaram muito tempo no exterior e isso seria um empecilho ao tentar encontrar um emprego no Brasil.

Outro aspecto que podemos observar é que eles desejam manter o mesmo padrão de vida que possuem no Japão, ou seja, afirmam que com o salário que recebem no

Japão, eles conseguem ter certo poder de compra, e acreditam que no Brasil não conseguiriam manter isso.

O medo da violência é outro aspecto que aparece em diversos relatos e que faz os brasileiros recearem o retorno ao Brasil. Dizem que se sentem muito seguros no Japão, e por se acostumarem a viver num local onde existem poucos crimes, roubos etc., eles acreditam que no Brasil não teriam a mesma sensação de segurança e muitos acreditam que viveriam com uma constante sensação de insegurança e medo. Ocada (2000) percebe que estes argumentos usados para justificar o motivo de não retornar ao Brasil são recorrentes entre trabalhadores brasileiros:

A ideia de busca das raízes, os salários percebidos pelos trabalhadores como relativamente altos, a vivência da experiência como uma situação transitória, a imagem de um Brasil violento e miserável, construída pelos veículos de comunicação de massa, e o acesso ao universo fascinante do consumo, são alguns dos elementos que fazem parte da realidade social vivenciada pelos trabalhadores *dekassegui* e constituem argumentos sólidos contra a ideia de retornar ao país de origem. Estes argumentos se fundem em um discurso que legitima as condições reais de superexploração da força de trabalho, deixando no ar a impressão de que a intensa produção de mais-valia ocorre harmoniosamente. (OCADA, 2000, p. 18).

Portanto, mesmo com as adversidades vividas no Japão, principalmente devido ao trabalho realizado por grande parte dos brasileiros, em que é comum uma rotina de trabalho exaustiva, vários destes trabalhadores justificam que essa condição de migrante *dekassegui* possui seu lado positivo, portanto mesmo que os brasileiros se submetam a situações de risco e perigo constantes no interior das fábricas ou até acidentes provocados por fenômenos naturais, como terremotos, eles não avaliam estas situações como negativas ao ponto de fazer com que eles retornem ao Brasil.

Segundo Sasaki (1999) após a experiência dos brasileiros no Japão, acontece um contraste de percepção, ou seja, aquilo que antes era “familiar”, de repente é como “se ressaltassem mais aos olhos, tornando este “familiar” em “exótico”, e o “exótico” em familiar.” (SASAKI, 1998, p. 8). Sendo assim, muitos dos que argumentam ter medo da violência no Brasil, por exemplo, não tinham essa percepção ampliada sobre tal aspecto, e com certeza quando estavam no Brasil teriam receio de vivenciar desastres

naturais provocados, por exemplo, por terremotos que são comuns no Japão, porém, a experiência migratória acaba alterando esta percepção e fazendo do “familiar” algo “exótico” e vice-versa.

4.2 A influência dos laços familiares na decisão do retorno e da permanência

O apego ao lar, aos familiares e a saudade pelo local de origem podem significar importantes aspectos na decisão do migrante de retornar ao seu país. Porém, a constituição de laços familiares no local de destino também pode influenciar na decisão de permanecer no país que os acolhe.

Podemos ver isso no caso de Satoru, que migrou para o Japão, casou-se com uma japonesa e teve uma filha. Ao pensar como seria sua rotina caso retornasse ao Brasil com sua esposa e filha, Satoru afirma que sua família teria que realizar diversos rearranjos familiares:

La ser um pouco mais trabalhoso, porque por ela ser japonesa, ela conhece pouco do Brasil, ela não sabe como é viver no Brasil. Aqui a gente organiza assim: toda a parte de papelada, contas que chegam é ela que resolve, eu ainda não consigo ler, não consigo resolver esse tipo de coisa, quando tem que resolver alguma coisa na prefeitura é ela que vai, mas no caso como é ela que fica em casa durante o dia então fica mais fácil para ela fazer isso. Agora caso isso fosse no Brasil, eu teria que conciliar o meu trabalho com esse tipo de coisa, no caso eu teria que ajudá-la nesse caso de resolver papelada, pagar conta. Se a gente fosse embora e tivesse algumas reuniões dos pais na escola da minha filha, ou algo assim, por um tempo eu que iria até lá para poder conversar, então eu acho que seria um pouco mais difícil. (Satoru, 35 anos).

O entrevistado acredita que as modificações nos arranjos familiares seriam desgastantes, e que sua esposa, por ser japonesa, iria ter muitas dificuldades em se adaptar à vida no Brasil. Outro aspecto que desencoraja Satoru ao retorno é a questão financeira, pois acredita que ele e a esposa teriam dificuldades em encontrar um emprego onde pudessem manter o mesmo padrão de vida que possuem no Japão. Por isso quando indagado se pensa em retornar ao Brasil para morar, sua resposta é: “Só se eu ganhasse na loteria, aí sim, eu iria para o Brasil, mas do contrário não.” (Satoru, 35 anos)

O apoio proporcionado pelos membros da família durante a migração parece tornar a estadia no local de destino bem mais suportável. Alicia acredita que se ela retornasse ao Brasil, isso encorajaria o restante da família que está no Japão a retornar também, porém a resistência dos filhos a voltar faz com que ela repense o retorno ao Brasil:

Eu estou aqui mais por causa deles, aí eu acho se eu voltar, meu esposo e filhos voltam rapidinho. Mas meus filhos já estão aqui há bastante tempo e eu já falei para eles irem embora para ver como está o Brasil e eles não querem. Queria que eles fossem porque vai indo a gente vai ficando cansado com essa rotina daqui, mas eles ficam pensando em como vai ser no Brasil, se vão se acostumar, eu não quero ir embora sem eles. (Alicia, 56 anos).

Segundo Yamamoto (2008) os projetos migratórios dos brasileiros que vão para o Japão geralmente são planejados para serem de curto prazo, porém o que se verifica na prática é que alguns brasileiros estão permanecendo no Japão mais do que planejavam. Especificamente aqueles que migraram em família, ou seja, “famílias em que todos seus membros migraram juntos ou que vieram a se integrar estão passando a fixar-se no Japão, apesar de sempre planejarem um dia voltar a viver no Brasil.” (YAMAMOTO, 2008, p. 08).

Entre aqueles que estão longe dos familiares o desejo de retornar ao Brasil parece ser mais forte. O desejo de retomar as relações familiares no local de origem parece fazer com estes não criem nenhum tipo de vínculo com o local de destino. Portanto, para os brasileiros que não estão com a família, praticamente não existem motivações e expectativas em relação à permanência no Japão, como podemos observar nestes relatos:

Eu não pretendo ficar no Japão porque acho que já vai fazer três anos que estou longe do meu filho, eu gostaria de acompanhar os estudos dele e estar perto. Também um irmão ficar morando longe do outro eu não acho legal, como o menor está aqui comigo eu quero voltar para que possamos ficar os três juntos. Então essa questão familiar é o que mais pesa. Minha mãe também está com bastante idade, eu acho que cabe o filho também cuidar e estar junto. (Shizuka, 33 anos).

Não tem motivo assim que me faça ficar aqui mais 10, 20 anos. Porque meus pais estão bastante idosos, então sabe aquela tradição da família japonesa o mais velho tem que cuidar dos pais, ultimamente eu tenho sentido muito isso, não tem nada que me segure aqui. (Takashi, 31 anos).

Pretendo voltar para o Brasil. Como minha esposa e meu filho voltaram eu penso em trabalhar aqui mais um tempo e retornar para ficar com eles, eu até ficaria um tempo trabalhando aqui, enquanto eu tenho saúde, disposição para trabalhar aqui, vamos supor até eu aposentar, se minha esposa voltasse pra cá e exercesse a profissão dela que é de cortar cabelo, mas se ela não retornar eu vou embora para o Brasil. (Toshi, 34 anos).

Eu vou retornar porque minha esposa e filho estão no Brasil. Minha esposa estava aqui, mas ela foi embora por causa do nosso filho, ela não conseguiu ficar longe dele, eu fiquei, mas também vou embora, estou quase aposentando porque sempre paguei a aposentadoria para quando eu retornar para o Brasil não precisar voltar mais para cá. (Carlos, 54 anos).

Pode-se perceber que a distância dos familiares traz um custo emocional, e que a ausência física de entes queridos que permanecem no Brasil, muitas vezes dificulta a integração com a comunidade local no Japão por aqueles(as) que estão passando pelo processo migratório sozinhos(as). Por isso, entre as famílias transnacionais os planos de retornar são mais fortes do que os migrantes que estão com a família durante o processo migratório ou os que constituíram família durante este processo.

4.4 O Brasil cada vez mais distante

Para os brasileiros que migraram para o Japão ainda crianças, o retorno ao Brasil parece ser algo muito distante, pois a assimilação com os costumes, valores e o modo de vida japonês entre estes brasileiros é bem maior, já que eles foram socializados em solo japonês, sendo assim a estadia no Japão não possui o mesmo caráter transitório que possui para aqueles que migraram depois de adultos.

A socialização, afirma o sociólogo Claude Dubar (2005), é um processo que o ser humano desenvolve maneiras de se relacionar com as pessoas e com o ambiente que o cerca, tornando-se um ser social. Tal socialização possui um caráter dinâmico, onde se permite a construção, desconstrução e reconstrução de identidades.

Dubar (2005) vê a identidade como resultado desse processo de socialização. Porém, isso não significa dizer que o social determina o individual, e nem que determinada identidade é imutável ou então que exista somente um único processo de socialização. Esse conceito de identidade necessita da trajetória de vida do indivíduo e de como o social agiu em cada momento de sua vida, dessa forma, há possibilidade de haver socializações após aquela primeira socialização familiar.

Os brasileiros que não passaram a infância no Japão possuem memórias concretas em relação ao Brasil que não consistem em imagens gerais do povo ou nação, mas sim em fatos e lugares concretos e particulares, tais como paisagens, a casa de sua família, um determinado bairro, vila ou sua cidade natal.

Os brasileiros que passaram a infância no Japão por estarem acompanhado os pais durante o processo migratório não possuem lembranças ou experiências concretas em relação ao Brasil, portanto o máximo que podem é imaginar seu país de forma muito abstrata, através de imagens gerais fornecidas pelos familiares que estão no Japão ou através de relatos e histórias sobre o Brasil publicados em jornais brasileiros, revistas, programas de televisão, internet etc., que fornecem informações gerais sobre a sociedade brasileiras. Quando questiono a Harumi, uma entrevistada que migrou para o Japão aos sete anos de idade com seus pais, sobre a possibilidade de retornar ao Brasil, ela afirma:

Eu não posso dizer que eu quero morar no Brasil, porque eu não me lembro de praticamente nada do Brasil, eu queria passear e conhecer o Brasil ver como que é, agora que eu consigo lembrar de tudo. Mas por mim acho que prefiro morar aqui no Japão, pois aqui eu trabalho, tenho minha vida, entende? Aqui é mais fácil de conseguir as coisas que a gente quer. (Harumi, 21 anos).

A falta de lembranças sobre o Brasil faz com que Harumi tenha curiosidade em saber como o país é realmente, porém ela não manifesta um forte desejo em retornar e morar em seu país de origem, pois sua trajetória de vida foi toda construída no Japão, todas as experiências e laços que ela constitui encontram-se em solo japonês, por isso a dificuldade de pensar no Brasil de uma forma menos abstrata.

Os brasileiros que cresceram ou estão nascendo no Japão quase sempre incorporam o modo de vida japonês, principalmente, se passam a frequentar escolas japonesas para a realização dos estudos. As crianças brasileiras que frequentam escolas

japonesas aprendem não só o idioma, mas internalizam fortemente os costumes e a cultura de forma que acabam se identificando como japoneses, mesmo tendo nascido no Brasil ou sendo de família brasileira no Japão. Mari, que migrou para o Japão com onze anos de idade e concluiu o *kōkō*¹⁸ na escola japonesa afirma que assimilou os costumes japoneses e que não pensa em morar no Brasil:

Eu gosto do Japão, quase tudo que sei eu aprendi aqui, no começo eu estranhei, não conseguia entender as coisas, ia para a escola e não entendia o que falavam, mas quando comecei a entender não tive mais problemas. Se eu voltasse para o Brasil teria problemas, assim como tive quando cheguei aqui. Eu já me acostumei a viver aqui, esse jeito de fazer tudo certinho, ter organização. Quero ir ao Brasil para passear, mas para morar não. (Mari, 18 anos).

Mayumi, outra entrevistada que migrou para o Japão quando tinha doze anos e passou toda a infância e permaneceu no Japão desde então, afirma ter curiosidade em visitar e até mesmo trabalhar no Brasil, porém, o fato de ter uma filha que nasceu no Japão e que tem alguns problemas em aceitar o fato de ser brasileira, a deixa receosa sobre um possível retorno:

Eu tenho muita vontade de ir para o Brasil e conhecer mais o país, viajar pelo o Brasil inteiro, tenho muita vontade, eu pretendo ainda algum dia... Eu nunca tinha pensando na hipótese de voltar para o Brasil em morar, só que o Japão está investindo muito no Brasil, muitos amigos meus brasileiros que cresceram aqui também estão conseguindo empregos bons no Brasil, eles falam que ganham ‘não sei quantos reais’ por mês e tal. Eu não faço ideia, não tenho noção de quanto que é cinco mil reais, mas pela reação das pessoas isso deve ser muito bom (risos). Se por acaso eu conseguir um emprego que eu tenha estabilidade, e possa viver bem, acho que eu não teria nada a perder. Eu teria problemas com a minha filha, porque na verdade ela sofreu e ainda sofre com preconceito na escola, ela é uma criança e o nome dela é diferente, ela meio que pegou um certo trauma de estrangeiro, ela não admite que ela seja estrangeira, se eu falar pra ela que a gente vai para o Brasil e tudo mais, ela vai surtar um pouco. (Mayumi, 28 anos).

Pode-se perceber que a indeterminação e insegurança próprias da migração tomam novas formas e desenvolvem dimensões antes inexistentes nesse fluxo de brasileiros no Japão. Com o passar do tempo, já contando com cerca de três décadas de migração brasileira no Japão, e com a continuidade do fluxo, surgem novas questões relativas às condições dos filhos de brasileiros no Japão.

¹⁸ Corresponde ao ensino médio no Japão.

A possibilidade de permanecer no Japão dentre estes parece ser maior, pois não envolve os mesmos aspectos observados anteriormente entre brasileiros que não passaram a infância no Japão. O retorno ao Brasil aqui parece relacionar-se a um mundo desconhecido, que pôde ser acessado somente através da experiência e relatos de terceiros, por isso o retorno ao Brasil destes brasileiros que tiveram toda sua trajetória de vida no Japão parece ser uma realidade cada vez mais distante.

Considerações Finais

Buscou-se aqui explorar algumas questões referentes à migração de brasileiros para o Japão, como o trabalho, arranjos e rearranjos familiares e domésticos decorrentes da migração e as expectativas e os dilemas que envolvem o retorno ao Brasil e a permanência no Japão.

A imigração brasileira no Japão, que se iniciou nos anos 1980, a princípio contava com brasileiros nipodescendentes que, ao migrarem para o Japão, tinham o objetivo de encontrar um emprego, juntar dinheiro num curto período e retornar ao Brasil. No início dos anos 1990 a migração de brasileiros aumenta significativamente, e mesmo sofrendo algumas retrações em períodos de crise, como foi após a crise econômica internacional de 2008, esse fluxo migratório tende a se manter.

O trabalho continua sendo um aspecto essencial de tal fluxo migratório. Os decasséguis nipo-brasileiros possuem ingresso facilitado no Japão devido sua consanguinidade (SASAKI, 2000), por isso a grande maioria de brasileiros encontra-se trabalhando de forma terceirizada no setor manufatureiro do Japão, em atividades braçais, que não exigem qualificação e que geralmente não despertam interesse nos japoneses.

Alguns aspectos são comuns à vida daqueles que trabalham em fábricas como: longas jornadas de trabalho; atividades caracterizadas pelos 3K's: pesado, penoso e sujo, (KAWAMURA, 1999); contratos de curta duração com as empreiteiras, remuneração diferenciada entre homens e mulheres; atividades repetitivas e previsíveis. São poucos os brasileiros que conseguem trabalhos em outros setores. Geralmente os que conseguem encontram-se inseridos em outras áreas outras áreas, como construção civil, firmas de limpeza, hotelaria e serviços de escritório, tradutoras e/ou orientadoras de língua japonesa nas escolas públicas japonesas, guardas de segurança ou acompanhantes de idosos e etc.

Percebe-se que dentre os trabalhadores brasileiros que trabalham no setor de serviços no Japão, é comum que estes tenham trabalhado anteriormente em fábricas e demonstram preferir o atual emprego, muito pela jornada de trabalho que é reduzida em relação ao trabalho no setor manufatureiro, pois não existe a necessidade de fazer horas

extras. Dentre os que se encontram inseridos num trabalho mais qualificado há necessidade de habilidades específicas como, por exemplo, a fluência na língua japonesa.

Outro aspecto que fica evidente aqui é a importância da rede de contatos para a inserção em empregos no setor de serviços. Evidenciou-se a força das redes de informações entre os trabalhadores brasileiros e os brasileiros que possuem algum empreendimento no Japão e costumam empregar parentes e amigos.

Com a crise econômica de 2008, muitos brasileiros no Japão ficaram desempregados e a situação se agravou, na medida em que estes não tinham acesso a alguns direitos básicos, como o seguro-desemprego. Assim, cresceu o número de pessoas completamente desamparadas, por isso a solução imediata para muitos foi procurar centros de ajuda comunitários que ofereciam comida e alojamento temporário.

Após a crise algumas questões passaram a ter mais importância para os brasileiros no Japão, como: o seguro desemprego; a atenção que passou a ser dada pelos trabalhadores em relação à necessidade de ter algum dinheiro de reserva no caso de situações semelhantes; a diminuição nas ofertas de emprego e a percepção de que aqueles que possuem maior fluência na língua japonesa têm mais facilidade em arrumar emprego no Japão depois da crise.

O processo migratório é responsável por alterações nos cursos de vida dos indivíduos, casais e famílias e a grande maioria dos brasileiros que migram para o Japão acaba por modificar seu modo de vida e, conseqüentemente, os arranjos familiares e domésticos. Em relação às mudanças nos arranjos domésticos é comum que os casais se sintam obrigados a mudar a rotina do lar devido às longas jornadas de trabalho. Existem aqueles que trabalham em turnos alternados e assim, tornam-se muito ausentes da vida cotidiana um do outro.

As famílias buscam conciliar a vida familiar e as atividades domésticas com o trabalho. Em relação às atividades domésticas devido às diversas situações adversas que os imigrantes enfrentam, ao escasso tempo de que dispõem devido à rotina de trabalho no Japão, tais atividades são redefinidas, sendo necessária certa “cooperação” entre os membros da família para a sua realização. As extensas jornadas de trabalho e os horários diferenciados dos membros da família tendem a alterar a dinâmica familiar e diminuir o tempo compartilhado pela família.

Entre os brasileiros que migram para o Japão, ainda é grande o número de homens que partem para o Japão sem esposas e filhos ou então, casais que migram deixando os filhos com parentes no Brasil. Assim, a migração de alguns membros da família força certas reconfigurações familiares entre aqueles que permanecem no Brasil. Aqueles que migram sem a família buscam manter os vínculos com os parentes deixados no Brasil, através dos diversos meios de comunicação avançados e acessíveis, porém, toda a tecnologia existente não é capaz de substituir a presença física dos familiares.

Em relação às estratégias familiares, as crianças que migram como os pais por serem vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes pelas decisões familiares, tornam-se figuras centrais na elaboração das estratégias. As crianças que se adaptam no Japão resistem, muitas vezes, às decisões familiares de retornar ao Brasil.

A escolha pelo sistema escolar, se brasileiro ou japonês, é um fator que traz grandes influências no curso de vida dos indivíduos e das famílias, e principalmente na transição para a vida adulta dessa segunda geração de imigrantes brasileiros no Japão. A perspectiva de curso de vida mostra como as vidas individuais são interdependentes no interior das famílias, e essas estão sujeitas a condições mais amplas do contexto social.

Os filhos dos imigrantes que estudam em escolas brasileiras desde os seus primeiros anos escolares, demonstram ter uma adaptação mais fácil no Brasil no caso de um retorno, tanto para estudar quanto para trabalhar. Porém, muitas crianças que estudam em escolas brasileiras, mesmo estando localmente situada no Japão, não possuem uma boa alfabetização em relação à língua japonesa. Portanto, essas crianças e jovens dificilmente dominam o idioma japonês e não se qualificam profissionalmente após a saída da escola. Esse tipo de trajetória escolar pode influenciar também os arranjos familiares, como separações familiares de pais e filhos para que esses deem continuidade dos estudos no Brasil, bem como o retorno de parte da família, acarretando em desarranjos familiares.

O conflito identitário experimentado por crianças que nasceram ou passaram toda a infância no Japão traz consigo dificuldades nas tomadas de decisões familiares no contexto migratório, principalmente em relação ao retorno ao Brasil e a perspectivas futuras da família. Em relação à transição para a vida adulta desses imigrantes que crescem com esse dilema entre serem brasileiros e se sentirem japoneses, surge um questionamento sobre a entrada no mercado de trabalho: seria direcionada a postos mais

qualificados devido a uma trajetória educacional específica, ou se a inserção laboral destes migrantes se limitaria às condições do trabalho precarizado?

A partir de 2000 ocorre uma mudança significativa em relação aos brasileiros: o aumento na emissão de vistos permanentes, que demonstra uma tendência de maior duração na estadia destes no Japão. Assim pode-se observar que até o final dos anos 1990 a grande maioria dos brasileiros tinha a pretensão de permanecer no Japão temporariamente, ou seja, trabalhar por um determinado período e acumular alguma quantia de dinheiro para retornar ao Brasil. Entretanto, nos últimos anos muitos brasileiros passaram a viver permanentemente no Japão. Segundo Sasaki (2011) o número de brasileiros residentes com status de permanente aumentou cerca de 10 mil a cada ano, sendo que no ano de 2010 havia 117.760 brasileiros residentes em caráter permanente no Japão.

Pode-se observar que a indeterminação em relação à inserção no mercado de trabalho no Brasil é um dos principais motivos que fazem os brasileiros repensarem o retorno, pois apesar de a maioria trabalhar no Japão em fábricas de forma terceirizada, através de contratos de curta duração, e da recente crise econômica, os brasileiros que estão no Japão há algum tempo ainda se sentem mais seguros em relação à inserção no mercado de trabalho japonês do que no mercado brasileiro. Outros aspectos também aparecem como justificativas entre aqueles que não desejam retornar ao Brasil, como o desejo de manter o mesmo padrão de vida que possuem no Japão e o receio diante da violência no Brasil.

O apoio proporcionado pelos membros da família durante a migração torna a estadia no local de destino bem mais suportável, por isso entre aqueles que estão longe dos familiares o desejo de retornar ao Brasil e retomar as relações familiares no local de origem parece ser mais forte, e isso parece fazer com estes não criem vínculos com o local de destino.

Entre os brasileiros que migraram para o Japão ainda crianças o retorno ao Brasil parece ser algo muito distante, pois a assimilação com os costumes, valores e o modo de vida japonês entre estes brasileiros é bem maior, já que eles foram socializados em solo japonês e a estadia no Japão não possui o mesmo caráter transitório que possui para aqueles que migraram depois de adultos.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AKASHI, Junichi; KOBAYASHI, Masao. Impacts of the global economic crisis on migrant works in Japan. Paper presented in: *ILO/SMC Conference on Assessing the Impact of the Global Economic Crisis on International Migration in Asia: Findings from the MISA Project*, Ortigas Center, Manila, Philippines, 2010. Disponível em: <http://smc.org.ph/misa/uploads/country_reports/1285918119.pdf> Acesso em: 06/04/2012.

AWAD, Ibrahim. The Global Economic Crisis and Migrant Workers: Impact and Response. Geneva: *International Labour Organization, International Migration Programme*. 2009. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/global_crisis2.pdf. Acesso em: 03/05/2012.

BACALLAO, Martica. L., & SMOKOWSKI, Paul. R. The costs of getting ahead: Mexican family system changes after immigration. In: *Family Relations*, Minneapolis, vol. 56, p. 52-66, 2007.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BIRMAN, J. Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, vol. 40, n. 72, p. 47-62, 2007.

BRYCESON, Deborah and VUORELA, Ulla. *The transnational family: new European frontiers and global networks*. Oxford: Berg, 2002.

CAMBOIM, Luzia Góes. *A Atualidade da Obra Taylorista no Rastro dos Novos Paradigmas de Produção: Um Exame da (não) Obsolescência do Pensamento de Taylor*. Disponível em:

http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0092.PDF. Acesso em: 19/10/2009.

CARVALHO, Daniela de. *Migrants and Identity in Japan and Brazil*. London and New York: Routledge/Curzon, 2003.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs). *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política*. São Paulo: Saraiva, p. 17-30, 2005.

CASTLES, Stephen. International Migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. *International Social Science Journal*, Oxford, vol. 52, n. 3, p. 269-281, 2000.

_____. An Overview. In: *Migration and the Global Financial Crisis: A virtual Symposium*. February, 2009. Disponível em: < <http://www.age-of-migration.com/uk/financialcrisis/updates/1a.pdf> >. Acesso em: 05/06/2012.

CASSARINO, Jean-Pierre. Theorising Return Migration: the conceptual approach to return migrants revisited. In: *International Journal on Multicultural Societies (IJMS)* Vol. 6, No. 2, p. 253-279, Unesco, 2004.

CASTRO-VAZQUEZ, G. Immigrant children from Latin America at Japanese Schools: Homogeneity, ethnicity, gender and language in education. In: *Journal of Researcher in International Education*. vol. 8 (1), 57-80, Sage: Londres, 2009.

CERASE, F. P. "Expectations and reality: a case study of return migration from the United States to Southern Italy". In: *International Migration Review*, vol. 8 (2), p. 245-62, 1974.

COHEN, Robin. *Global Diasporas: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2008.

_____. Robin Cohen, *Global Diasporas: An Introduction*. Seattle: University of Washington Press, 1999.

COSTA, João Pedro Corrêa. *De decasségui a emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DIEESE. A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial? In: *Nota técnica*, n. 78, Out. 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec78criseAtual.pdf>. Acesso em: 07/05/2012.

DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Porto, 2005.

FAZITO, Dimitri. *Análise de redes sociais e migração. Dois aspectos fundamentais do "retorno"*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a07.pdf>>. Acesso em: 10/03/2011.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

_____. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOFFMAN, Erving. *The arrangement between sexes. Theory and Society*. Davis, vol. 4, n. 3, p. 301-331, 1977.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.132, p.595-609, Set/dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> acesso em: 25/01/2013.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nádyá Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo: EDUSP, 2009. p. 145-167.

_____. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIGUCHI, Naoto. *Brazilian Migration to Japan – Trends Modalities and Impact*. México City: Relatório para Expert Group Meeting on International Migration and Development in Latin American and the Caribbean, 2003.

JEFFERY, Laura e MURISON, Jude. *Guest editorial the temporal, social, spatial, and legal dimensions of return and onward migration*. Disponível em:<
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/psp.606/pdf>> Acesso em: 12/10/2012.

KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas, SP: Unicamp, 1999.

KOJIMA, Lina. *Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão*. Dissertação (Mestrado em Letras) – São Paulo, FFLCH/USP, 2009.

LINS-DE-BARROS, M. *Autoridade e Afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MARINUCCI, Roberto. Migrações internacionais contemporâneas: as razões da crescente intensidade. *Revista In Cammino*, Consenza, vol. 83, p. 7-16, jul./dez., 2008.

MARTINE, George. A Globalização Inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 9, n. 3, p. 3-22, jul./set, 2005.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. In: *Population and Development Review*, Nova York, vol.19, n. 3, p. 431-466. September 1993.

MASSEY, Douglas. S., FISCHER, Mary. J., & CAPOFERRO, Chiara. International migration and gender in Latin America: A comparative analysis. *International Migration*, Hampshire, vol. 44(5), p. 63 – 91, 2006.

MCCLOUGHLIN, Sheena. Addressing demographic challenges: Europe's new interest in temporary and circular migration. In: *Working paper n. 35, Temporary and circular migration: opportunities and challenges*. Suécia, vol. 35, p. 65-76, European Policy Centre, 2011.

MÉDA, D. *El tiempo de las mujeres. Conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres*. Madrid: Narcea, 2002.

MENJIVAR, Cecilia. *Fragmented ties: Salvadoran immigrant networks in America*. Berkeley: University of California, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO. *Immigration Bureau*. Disponível em <http://www.stat.go.jp/english/>. Acesso em: 02/09/2011.

MUNCK, Ronald. Beyond North and South: Migration, Informalization, and Trade Union Revitalization. *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society*. vol. 14. p. 5–18. March, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Labour Migration*. Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/developing-migration-policy/migration-labour/labour>. Acesso em: 02/06/2012.

OCADA, Fábio Kazuo. Nos subterrâneos do modelo japonês - os 3Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado). In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XII, 2000, Caxambu. *Anais eletrônicos do XII encontro da ABEP*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_5.pdf. Acesso em: 04/01/2013.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide Lopes. Movimentos Migratórios nos anos 80: Novos Padrões?. *Encontro Nacional sobre Migração, I*, 1998, Campinas. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracao Curitiba1997p445a462.pdf> >. Acesso em: 11/10/2009.

PARRENAS, Rhacel Salazar. Transnational mothering: a source of gender conflicts in the family. In: *North Carolina Law Review*, vol. 88, n. 05, North Carolina, 2010. Disponível em: <http://www.nclawreview.org/documents/88/5/parrenas.pdf>. Acesso em: 20/11/2012.

PATARRA, Neide Lopes & BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, Nº60, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13/09/2011.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. *Brazilians in Japan: The human tie in the bilateral relationship*. Masato Ninomiya Publisher: São Paulo : Kaleidus-Primus, 2002.

ROSSINI, Rosa Ester. O meu coração está no Brasil e o meu trabalho no Japão: um olhar para os nikkeis do Brasil no Japão. In: *Anais eletrônicos do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XXIV*, Caxambú, 2003. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_rossini.pdf >. Acesso em: 22/04/2011.

SASAKI, Elisa. Migração internacional contemporânea entre o Brasil e o Japão: novas configurações, velhas questões. In: *Anais eletrônicos do Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia*, XXVIII, Universidade Federal de Pernambuco, 2011, Recife. Disponível em: <www.alas2011recife.com>. Acesso em: 10/01/2012.

_____. Brasileiros no Japão. In: *Brasileiros no Mundo: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior*. Palácio Itamaraty, Brasília, p. 07-21, 2008.

_____. A imigração para o Japão. *Revista Estudos Avançados*, USP, São Paulo, vol. 57, p. 99-117, 2006.

_____. Movimento Dekassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. Cenas (orgs.) *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo : Boitempo, p. 243-274, 1999.

_____. *Dekasseguis: trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

SASSEN, Saskia. The International Circulation of Resources and Development: The Case of Migrant Labour. *Development and Change*, vol. 9. London: SAGE, London and Beverly Hills, p. 509-554, 1978.

_____. *The mobility of labor and capital: a study in international Investment and Labor Flow*. New York: Cambridge University, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. A ausência é uma falta. In: *Travessia – Revista do Migrante*. Publicação do CEM – Ano XIII, número especial, p. 18-19, Janeiro, 2000.

SCOTT, Parry. O retorno ao nordeste – refugio, família e reprodução. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, IV, *Anais eletrônicos da ABEP*. Águas de São Pedro, Abep, v. 2, 1986.

SETTLES, Barbara. H. Being at home in a global society: A model for families' mobility and immigration decisions. *Journal of Comparative Family Studies*, Calgary, vol. 32, p. 627 – 637, 2001.

SHISHITO, Katiani Tatie. A expectativa temporal e a permanência de brasileiros no Japão. 159 f. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2012.

SIMON, G. *Penser globalement les migration"*. Projet, n° 272, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-projet-2002-4-page-37.htm>>. Acesso em: 18/07/2012.

STARK, Oded & BLOOM, David E. The new economics of labour migration. *American Economic Review*, Pittsburgh, vol. 75, p. 173-178, 1985.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory, Procedures and Techniques*. Newbury: SAGE, 1990.

SONJA, Haug. *Migration and return migration: the Case of Italian Migrants in Germany*, 2012. Disponível em:<<http://www.kakanien.ac.at/beitr/labourmigration/SHaug1.pdf>>. Acesso em: 02/01/2012.

TAKENOSHITA, Hirohisa. *Transnational among Japanese Brazilian migrants: circular migration and socioeconomic position*. Shizuoka University, Japan, 2008. Disponível em: <<http://www.tasa.org.au/conferences/conferencepapers07/papers/382.pdf>>. Acesso em: 02/03/2012.

TREAS, Judith. Transnational older adults and their families. In: *Family Relations*, Vol. 57, 468 – 478, 2008. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-3729.2008.00515.x/abstract>. Acesso em: 23/05/2012.

USHIJIMA, Fernanda Reis. *A política externa brasileira para emigrantes e seus descendentes*. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2012.

WAKISAKA, Akira. Women at work. In: SAKO, Mari et al. (Org.). *Japanese labour and management in transition: diversity, flexibility and participation*. Londres e Nova Iorque: Routledge. 1997, p. 45-76.

WORLD BANK. *Migration and Remittances: Factbook 2012*. Washington D.C.: World Bank, 2012.

YAMAMOTO, Lúcia E. Desqualificação Profissional: Nikkeis brasileiras no Japão. In: *Revista do Departamento de Geografia*, USP: São Paulo, nº 18, p. 16-27, 2006.

_____. *Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas*. 2010. Disponível em: http://www.ipcdigital.com/br/Vida-no-Japao/Textos/Familias-brasileiras-no-contexto-transacional-familias-reconstituídas_17122010. Acesso em: 20/06/2011.